

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO CENTRO DE  
CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS, TECNOLÓGICAS E LETRAS  
CURSO DE PEDAGOGIA**

LARISSE DA SILVA SOUSA

**COMO OCORRE O PROCESSO INCLUSIVO DE UM ALUNO COM MICROCEFALIA  
NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AÇAILÂNDIA**

AÇAILÂNDIA- MA  
2024



LARISSE DA SILVA SOUSA

**COMO OCORRE O PROCESSO INCLUSIVO DE UM ALUNO COM MICROCEFALIA  
NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AÇAILÂNDIA**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Ciências Humanas, Sociais, Tecnológicas e Letras (CCHSTL), da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL/ campus Açailândia), como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia.

**Orientadora:** Prof<sup>o</sup> Ma. Maiara Amorim Muniz

AÇAILÂNDIA- MA  
2024



S725c

Sousa, Larisse da Silva

Como ocorre o processo inclusivo de um aluno com microcefalia na rede municipal de ensino de Açailândia / Larisse da Silva Sousa. – Açailândia: UEMASUL, 2024.

60 f. : il.

Monografia (Curso de Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Açailândia, MA, 2024.

Orientadora: Profa. Ma. Maiara Amorim Muniz.

1. Inclusão. 2. Microcefalia. 3. Profissional de apoio escolar. 4. Práticas pedagógicas. I. Título.

CDU 371.3:376-53.2(812.1)

*Ficha Catalográfica elaborada por **Kenilce Reis** – Bibliotecária CRB 13/840*



LARISSE DA SILVA SOUSA

**COMO OCORRE O PROCESSO INCLUSIVO DE UM ALUNO COM  
MICROCEFALIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AÇAILÂNDIA**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Ciências Humanas, Sociais, Tecnológicas e Letras (CCHSTL), da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL/ *campus* Açailândia), como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovado em: 21 / 02 / 2024

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente

**gov.br**

**MAIARA AMORIM MUNIZ**

Data: 14/03/2024 18:15:46-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Ma. Maiara Amorim Muniz (orientadora)**

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

Documento assinado digitalmente

**gov.br**

**ADRIANA MESQUITA LOPES**

Data: 08/03/2024 10:55:15-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Ma. Adriana Mesquita Lopes**

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão

Documento assinado digitalmente

**gov.br**

**MYRNA TUANNY DA FONSECA ARAUJO SANTOS**

Data: 08/03/2024 13:14:54-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Esp. Myrna Tuanny da Fonseca Araújo**

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão



À minha mãe, irmã e esposo, meu profundo reconhecimento pelo apoio e incentivo ao longo desta jornada acadêmica. E expressar meu agradecimento especial à minha orientadora, cujas valiosas contribuições enriqueceram significativamente este trabalho.



*“Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada à cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconhece e valoriza as diferenças”*

Maria Teresa Eglér Mantoan



## RESUMO

Este trabalho apresenta discussões e reflexões sobre as práticas pedagógicas utilizadas em sala de aula para a inclusão de um aluno com microcefalia. A pesquisa é caracterizada como um estudo de caso de natureza qualitativa, realizado em uma escola da rede regular de ensino de Açailândia. Os objetivos desta pesquisa foram analisar e descrever as práticas pedagógicas, identificar as ferramentas, estratégias e metodologias empregadas durante as aulas, além de destacar as dificuldades encontradas pelos professores e pelo aluno. No referencial teórico, foram abordados três capítulos: Educação Inclusiva e a legislação, Microcefalia e suas especificidades, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o Profissional de Apoio Escolar. Essa fundamentação teve como base o estudo de legislações vigentes, bem como revisão bibliográfica de autores da área. A partir das análises e dos resultados obtidos, a pesquisa revelou que o caminho para a efetiva inclusão ainda é longo, exigindo mudanças estruturais e no currículo escolar. Foi constatado que existe uma lacuna entre o que é falado e o que de fato acontece na prática, a ideia que os professores têm sobre o papel dos profissionais de apoio escolar não coincide com o que está posto nos documentos, revelando assim, que é necessário reorganizar pedagogicamente a escola, formar e aperfeiçoar os professores, promover mais diálogos e discussões sobre a educação especial e inclusiva, para garantir aos alunos um ensino de qualidade, sem discriminações e exclusões.

**Palavras-chave:** Inclusão; Microcefalia; Profissional de Apoio Escolar; Práticas Pedagógicas.



## ABSTRACT

This paper presents discussions and reflections on pedagogical practices used in the classroom to include a student with microcephaly. The research is characterized as a qualitative case study conducted in a mainstream school in Açailândia. The objectives of this research were to analyze and describe pedagogical practices, identify tools, strategies, and methodologies used during classes, as well as to highlight the difficulties encountered by teachers and the student. The theoretical framework covered three chapters: Inclusive Education and legislation, Microcephaly and its specificities, Specialized Educational Assistance (AEE) and the School Support Professional. This foundation was based on the study of current legislation, as well as a bibliographic review of authors in the field. From the analyses and results obtained, the research revealed that the path to effective inclusion is still long, requiring structural changes in the school curriculum. It was found that there is a gap between what is said and what actually happens in practice; the idea that teachers have about the role of school support professionals does not coincide with what is stated in the documents, revealing the need to pedagogically reorganize the school, train and improve teachers, promote more dialogue and discussions about special and inclusive education to ensure quality teaching for students without discrimination or exclusion.

**Keywords:** Inclusion; Microcephaly; School Support Professional; Pedagogical Practices.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Atividade de Matemática .....	43
Figura 2 - Atividade de Alfabetização Matemática .....	44
Figura 3 - Aluno Inclusivo na Atividade Prática .....	46
Figura 4 - Atividade no quadro em letra cursiva.....	47
Figura 5 - Caderno do aluno com cópia de frase não relacionada ao conteúdo da aula.....	47
Figura 6 - Atividade de caça-palavra .....	48
Figura 7 - Atividade de cruzadinha .....	49
Figura 8 - Atividade adaptada de Geografia .....	51
Figura 9 - Apostila com atividades adaptadas para o aluno.....	52
Figura 10 - Atividade direcionada pelo professor de Artes para toda a turma.....	54



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 DISCUSSÃO TEÓRICA.....</b>	<b>14</b>
2.1 Educação inclusiva e a legislação.....	14
2.2 A microcefalia e suas especificidades.....	19
2.3 Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o Profissional de Apoio Escolar .....	23
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>26</b>
3.1 Tipo de Pesquisa .....	26
3.2 Caracterização do ambiente da escola .....	27
3.3 Sujeitos da Pesquisa.....	28
3.4 Instrumentos da coleta de dados .....	28
3.5 Análise e interpretação dos dados .....	29
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>30</b>
4.1 A concepção dos professores sobre uma escola inclusiva.....	30
4.2 Formação Profissional para a inclusão.....	34
4.3 Atendimento Educacional Especializado e o Papel do Profissional de Apoio Escolar .....	38
4.4 Ferramentas, estratégias e adaptações pedagógicas dos professores na inclusão do aluno com microcefalia .....	41
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>61</b>
Apêndice A - Questionário.....	61



## 1 INTRODUÇÃO

A Educação inclusiva consiste em conceder as mesmas oportunidades a todas as pessoas inseridas no ambiente escolar, independentemente de sua cor, gênero ou condição física e intelectual. Todos têm o direito de frequentar e participar ativamente do seu processo de ensino-aprendizagem, buscando desenvolver-se plenamente. Esse direito está previsto na Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado, visando o pleno desenvolvimento das pessoas. Além disso, garante igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Brasil, 1988).

Durante muitos anos, o direito das pessoas com deficiência foi negligenciado, sendo consideradas incapazes e segregadas. O discurso de que essa segregação seria benéfica para o desenvolvimento delas resultou, na realidade, em exclusão, estigmatização e desvalorização. Após enfrentar adversidades e descaso, o Brasil passou por mudanças significativas que abalaram o antigo modelo segregacionista.

Um exemplo notável dessas mudanças é a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que estabeleceu normas educacionais fortalecendo um novo rumo para a educação. Essa política assegura o direito à oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma medida de grande importância na vida das pessoas com deficiência (Brasil, 2008).

Contudo, sabemos que apesar de existirem leis e políticas educacionais, ainda há muitos obstáculos a serem combatidos no cenário da Educação Especial. Por exemplo, ao analisar uma região, escola ou um aluno específico, percebemos que ainda existem barreiras a serem vencidas no dia a dia escolar desses alunos inseridos na rede regular de ensino.

Em virtude disso, durante uma experiência da pesquisadora em sua atuação como profissional de apoio escolar no ano de 2023, acompanhando de perto um aluno com microcefalia, surgiu o problema de pesquisa: como ocorrem os processos inclusivos de um aluno com microcefalia na rede municipal de ensino de Açailândia? Nesse sentido, delineou-se o objetivo geral deste trabalho que foi analisar as práticas pedagógicas para a inclusão de um aluno com microcefalia na rede municipal de ensino. Para tanto, utilizou-se como base teórica de discussão autores como Mantoan (2015), Ramos (2010), Vygotsky (2012), entre outros.

Apresentando um panorama geral do quantitativo de alunos matriculados na



rede regular de ensino de Açailândia, segundo dados retirados diretamente do IBGE, são 16.830 matrículas no ensino fundamental, distribuídas em 65 estabelecimentos de ensino. Em consulta à pesquisa do último Censo Escolar de 2022 da escola em questão, constatamos o quantitativo de 634 matrículas, sendo mais 17 matrículas na Educação Especial (Brasil, 2023). A problemática levantada é se esses poucos alunos estão sendo atendidos de acordo com seu ritmo e suas limitações, considerando que o número de alunos considerados "normais" é significativamente maior. Eles estão desfrutando dos mesmos privilégios ou estão sendo esquecidos em meio à correria e tantas atividades do dia a dia escolar?

A cidade de Açailândia possui um departamento de inclusão que faz parte da secretaria de educação do município, com o objetivo de incluir os alunos que possuem algum tipo de deficiência. Para atender às necessidades desses alunos, algumas escolas dispõem de polos de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que realizam atendimentos no contraturno. No entanto, a escola em que o aluno citado anteriormente está matriculado é uma unidade de ensino integral, o que significa que o estudante, que já enfrenta dificuldades cognitivas devido à sua deficiência, precisa ser retirado da sala de aula para receber atendimento na sala de AEE.

Segundo Mantoan (2015), a inclusão não se resume à utilização de práticas específicas para cada deficiência. Envolve compreender que cada aluno aprende dentro de seus limites e que, se o ensino for verdadeiramente de qualidade, o professor utilizará seu conhecimento para explorar esses limites e oferecer possibilidades aos seus educandos. Com essa compreensão, o professor buscará os melhores meios para ensinar cada aluno, respeitando suas particularidades e proporcionando diversas formas de aprendizado e absorção do conteúdo.

Nesse sentido, durante o período em que a pesquisadora esteve atuando profissionalmente, surgiram alguns questionamentos sobre o tema: a inclusão está de fato acontecendo? Estão sendo utilizados os métodos necessários para incluir o aluno? Existem ferramentas suficientes para serem utilizadas no desenvolvimento do aluno? Os profissionais estão preparados para atender às especificidades do aluno? Essas questões estão relacionadas com os objetivos específicos do trabalho, sendo eles analisar, identificar e destacar as práticas, ferramentas e metodologias utilizadas pelos profissionais.

É crucial analisar e acompanhar de perto um caso específico, pois diversos pontos de vista são expostos: o olhar de um profissional, de um aluno e dos



professores que enfrentam diariamente as barreiras, as dificuldades e as inseguranças do trabalho com alunos com deficiência em sala de aula.

Nesse contexto, a discussão teórica deste trabalho abordou, como primeiro tópico, a educação inclusiva e a legislação. Em seguida, foram tratadas as especificidades da microcefalia, e, para concluir, realizou-se uma explanação sobre o atendimento educacional especializado garantido por lei.

Essa pesquisa visou contribuir com estudos já realizados no campo da educação especial e inclusiva, apresentando fatos, dados e reflexões oriundos de uma experiência desenvolvida com um aluno específico. Considerando as políticas, leis, decretos e documentos norteadores, buscou-se promover melhorias na qualidade do ensino para crianças com deficiências, visando compreender o processo de inclusão que tem sido desafiador ao longo da história da educação.

Além de buscar melhorias no ensino, a pesquisa visou promover o bem-estar social dessas pessoas. Analisou-se as práticas aplicadas, levando em consideração o ambiente em que o aluno está inserido, suas dificuldades e sua forma de aprender. Conforme afirma a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, durante o processo de inclusão, o aluno tem o direito de construir sua própria identidade, reconhecer essa identidade, desfrutar do direito à igualdade e ser respeitado em suas diferenças (Brasil, 2008).

Buscou-se, ainda, investigar as metodologias utilizadas com o aluno com microcefalia, a dinâmica da relação professor-aluno, como se desenrola o trabalho pedagógico no cotidiano escolar, a socialização do aluno com os demais colegas e como ele lida com a necessidade de auxílio de uma profissional de apoio escolar, sendo ele um adolescente de 14 anos. Isso é especialmente relevante porque é essencial adotar uma perspectiva empática, colocando-se no lugar do aluno, como nos ensina Paulo Freire, ao refletir que

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros (Freire, 2002, p. 23-24).

Para promover o sucesso da inclusão escolar, é necessário realizar uma busca constante para combater os paradigmas que excluem, segregam e discriminam as



peças. É essencial empreender uma reconstrução no contexto da educação e da sociedade, visando diminuir os efeitos negativos de práticas inadequadas ou mesmo a falta de conhecimento e formação para lidar com as diferenças.

## **2 DISCUSSÃO TEÓRICA**

### **2.1 Educação inclusiva e a legislação**

Pensar na educação inclusiva é visualizar um ambiente onde todos os envolvidos tenham as mesmas possibilidades, oportunidades e condições de igualdade, sem distinção de raça, gênero ou capacidade física e intelectual. É proporcionar os mesmos direitos a todos, sem excluir, segregar ou fazer alguém se sentir incapaz.

Para que ocorra a inclusão plena, é imprescindível que as instituições e os profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem estejam munidas de conhecimentos e práticas a serem desenvolvidas em sala de aula. É necessário adotar métodos que envolvam todos os alunos, tanto aqueles que não possuem nenhuma limitação quanto aqueles que apresentam suas especificidades. Além disso, é indispensável oferecer-lhes as ferramentas que irão auxiliar no desenvolvimento de atividades diárias sempre que necessário.

A esse respeito, Carvalho (2019) destaca que pensar nos alunos com deficiência inseridos nas classes regulares de ensino sem prestar o apoio e ajuda essenciais para seu desenvolvimento, e se esse apoio não vier de profissionais capacitados para dar o devido suporte ao trabalho dos professores e familiares, é o mesmo que considerá-los apenas como números de carteiras e matrículas na escola. O direito a uma educação de qualidade, pautada na ótica dos Direitos Humanos, bem como a necessidade de os sistemas de ensino buscarem formas de garantir métodos e estratégias adequadas para que todos possam ter acesso a essa educação, estão previstos na legislação brasileira (Brasil, 1988, 1996, 2008).

A Lei Brasileira de Inclusão, em seu Art. 4º, institui que é discriminação toda forma de exclusão, distinção e restrição que possa impedir o exercício dos direitos da pessoa com deficiência, incluindo a utilização de técnicas e tecnologias assistivas (Brasil, 2015). O objetivo não é criar espaços restritos e separados para que essas pessoas tenham acesso à educação, mas sim incluí-las nas classes regulares, oferecendo os materiais necessários para seu desenvolvimento psicomotor e



proporcionando a socialização, que é de grande importância para o exercício da cidadania.

Neste contexto, Mantoan (2015) nos diz que é preciso ressignificar o papel da escola, adotar uma conduta mais solidária, a escola é que precisa adaptar-se aos alunos. O direito à educação é de todos, sem discriminações, sem que o atendimento seja diferenciado para os menos privilegiados. Um ambiente inclusivo é aquele em que as portas estão abertas para todos. O direito à educação em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola também é garantido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Art. 55 que diz “Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (Brasil, 1990).

Para que isso se torne uma realidade, os ambientes educacionais devem oferecer igualdade de condições, compreendendo que cada um aprende de sua forma e de acordo com sua especificidade. Além disso, é crucial fornecer ferramentas e estratégias pedagógicas para o desenvolvimento integral, com profissionais capacitados. Importante ressaltar que os alunos com deficiência não necessitam de metodologias específicas, mas todos os estudantes são parte do mesmo contexto e devem aprender de maneira similar, com adaptações se necessário

Visto isso, avançamos para o século XX, onde o entendimento sobre a deficiência progrediu, trazendo consigo novas concepções patológicas, que passaram a encarar a deficiência como uma doença a ser tratada. Conforme apontado por Ramos (2010), essa perspectiva se consolidou com o surgimento de institutos e escolas especiais, que adotavam métodos específicos, salas segregadas dentro das escolas comuns e o uso de termos como "portador de deficiência", contribuindo para a segregação dessas pessoas. Este cenário é também destacado por Carneiro (2012, p.82), ao refletir que:

A escola e a classe especial destinadas à educação do deficiente tinham como meta a normalização do sujeito de forma que pudesse se assemelhar o máximo possível com os sujeitos normais, para então, e só então, poderem ser integrados ao convívio comum, nesse caso a escola comum. Essa meta, além de negar a condição de diferença e estabelecer parâmetros homogêneos de desenvolvimento, como se isso fosse possível, descaracterizou o papel da escola.

Certamente, essa parte da história foi extremamente cruel, pois as crianças eram rotuladas como diferentes e, por isso, não podiam conviver no mesmo ambiente



que as consideradas normais. Essa forma de exclusão era até mesmo utilizada como meio de intimidar os demais, com ameaças de serem encaminhados para classes especiais caso não se comportassem adequadamente.

No mesmo sentido, Mantoan (2015), afirma que “a exclusão escolar, manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar”.

Para modificar esse cenário de exclusão, surgiram ações e políticas que propiciaram uma nova perspectiva, buscando integrar pessoas com necessidades educacionais especiais no sistema educacional. Durante uma Conferência Mundial realizada em Salamanca, na Espanha, foram proclamados princípios que se tornaram leis e políticas, visando assegurar o direito fundamental à educação de todas as crianças.

A Declaração de Salamanca em 1994, declara

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (UNESCO, 1994, s/p).

Em uma concepção mais atual, a ideia principal da inclusão é que o desenvolvimento cognitivo, físico e social das crianças com deficiência não depende apenas de tecnologias assistivas ou adaptações de recursos, mas sim da interação social com outras pessoas, tanto na escola quanto na sociedade. Como destaca Ramos (2010, p.69) “na escola inclusiva, temos de acreditar que a teoria socioconstrutivista de fato funciona e que as diferenças entre os sujeitos de um grupo é que promovem o desenvolvimento”.

Para que esse novo olhar sobre a educação inclusiva se torne uma realidade concreta, são necessárias alterações significativas nos sistemas escolares. Durante anos, prevaleceu a ideia de dividir a educação em modalidade regular e modalidade especial, tratando os alunos como deficientes ou normais. Isso reflete um pensamento determinista que formaliza a educação e ignora o sujeito em si, esquecendo que são seres humanos dignos de um olhar afetivo e humanizado, conforme destaca Mantoan (2015, p.24), “se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada à cidadania global, plena, livre de



preconceitos, que reconhece e valoriza as diferenças”.

Em janeiro de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) representou um marco importante para a concepção de uma educação mais inclusiva, rompendo com paradigmas e defendendo os direitos das pessoas com deficiência. Essa política garante o direito de estar em um ambiente onde suas especificidades são respeitadas, sem discriminação, e onde o desenvolvimento de práticas pedagógicas seja transformador, conforme assegura o documento em seu objetivo

[...] acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2008, p. 14).

Observa-se também um enfoque nas barreiras arquitetônicas, onde é crucial realizar alterações e adaptações para garantir que nada impeça o educando do seu direito de ir e vir, tanto nos transportes, nas estruturas imobiliárias quanto nas formas de comunicação.

O Art. 2º da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) estabelece que é considerada pessoa com deficiência aquela que possui impedimento de longo prazo, de natureza física, intelectual ou sensorial, e cuja interação com uma ou mais barreiras possa impedir sua plena participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. No parágrafo primeiro desta lei, são citados os impedimentos que devem ser considerados para avaliar a deficiência, quando necessário, por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar. Esses impedimentos incluem: I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III - a limitação no desempenho de atividades; e IV - a restrição de participação (Brasil, 2015).

São diversos os fatores a serem observados, analisados e considerados quando se trata de um ambiente inclusivo. São necessárias mudanças significativas tanto nas estruturas quanto nos currículos. O papel da família, da escola e da sociedade em geral é crucial para combater os impedimentos, barreiras e preconceitos nessa árdua missão de educar a todos em igualdade de condições, respeitando as



diferenças culturais, sociais e econômicas.

Além do que está previsto na legislação, é importante refletir sobre as teorias que fundamentam a educação de pessoas com deficiência. Existem teses importantes que oferecem explicações científicas, psicológicas e pedagógicas para afirmar que pessoas com deficiências não são menos capazes ou menos inteligentes. Pelo contrário, a teoria sociocultural sustentada por Vygotsky (2012) destaca que as deficiências afetam as relações sociais das crianças, provocando dificuldades de interação com o meio. Isso, no entanto, não impede o desenvolvimento humano, apenas o conduzirá de maneira mais específica, diferenciada e peculiar. Contudo, esse ser humano está sujeito às mesmas leis de desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores; ou seja, ele possui a mesma capacidade de se desenvolver, mesmo que por caminhos diferenciados, não sendo uma condição patológica (Vygotsky, 2012).

Portanto, o problema que deve ser abordado no desenvolvimento de uma pessoa com deficiência não é a deficiência em si, mas o problema social causado pela deficiência. O desenvolvimento cultural determina como o indivíduo se desenvolverá, ou seja, a maneira como a sociedade lida com as dificuldades dessas pessoas influenciará no seu desenvolvimento humano. Como destaca Beyer (2003) em consonância com o pensamento de Vygotsky

[...] o lugar mais legítimo para todas as crianças, também as com necessidades especiais, é na escola regular. A escola especial correria o risco de perpetuar a cultura do déficit, em que os significados das identidades –individuais e sociais –encontrar-se-iam ou em um estado de acentuada difusidade, ou velados –por atitudes de superproteção, comiseração, rejeição, etc. Também seria inadequada a imposição de modelos, valores ou referências culturais, que não viabilizassem ao sujeito sua própria síntese cultural (Beyer, 2003, p. 166).

O autor considera, em suas colocações, que a segregação causa prejuízos ao aluno com deficiência. Portanto, o melhor ambiente para o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas é a escola regular de ensino. É de suma importância que sejam oferecidas as devidas condições e suportes para o seu aprendizado.

É necessário inserir a criança em um ambiente que ofereça estímulos, proporcionando métodos compensatórios para que ela aprenda de acordo com suas particularidades. De acordo com Beyer (2003), Vygotsky defendia a ideia de uma escola heterogênea. Isso se deve ao fato de que é na amplitude das relações interpessoais que a criança desenvolverá as estruturas do pensamento e da



linguagem. A riqueza das trocas sociais é fundamental para fundamentar a sua tese sócio-histórica.

Segundo Carneiro (2007), tanto as crianças que têm deficiência quanto as que não têm, quando inseridas em um ambiente de interação social, apresentam os mesmos desenvolvimentos psíquicos. Por exemplo, uma criança cega possui as mesmas capacidades de ser alfabetizada; a diferença está em aprender segundo suas especificidades, como no caso do sistema braile. Para Vygotsky, o aspecto mais crucial nesse processo era o acesso aos significados, mesmo que fosse por meio de outros signos ou caminhos distintos. Ele acreditava que todas as crianças se desenvolveriam quando proporcionadas as condições necessárias (Beyer, 2003).

Pensar sob essa perspectiva inclusiva é proporcionar ao indivíduo com deficiência aquilo que é seu direito: um ambiente adequado para desenvolver suas habilidades físicas e psicológicas. Este ambiente deve ser autêntico, proporcionando todas as contribuições e riquezas das interações sociais, para melhor desenvolver as estruturas do pensamento dessas pessoas. As ideias de Vygotsky apontam para a atual concepção de educação inclusiva, tema amplamente discutido nos dias atuais.

## **2.2 A microcefalia e suas especificidades**

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a microcefalia é uma anomalia congênita caracterizada pela redução do perímetro cefálico, é identificado quando apresenta mais de 2 desvios-padrão abaixo da média para idade gestacional e sexo do bebê. É comum que indivíduos com microcefalia apresentem comprometimento neuropsicomotor, bem como problemas de visão e audição, dependendo da gravidade.

De 2015 a 2017, ocorreu no Brasil a epidemia do vírus Zica (SCZ), que contaminando mulheres grávidas foi o causador da microcefalia nos bebês, causando anomalias congênitas e alterações neuropsicomotoras. Nesse período, foram registrados 4.595 nascidos vivos com está má formação congênita. Os nascidos com microcefalia recebem a estimulação precoce em serviços de reabilitação distribuídos em todo o país, como nos Centros Especializados de Reabilitação (CER), Ambulatórios de Seguimento de Recém-Nascidos e nos atendimentos ofertados pelas equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) (Ministério da Saúde, 2022).

As crianças com Síndrome Congênita do Vírus da Zica (SCVZ) apresentam



alterações de diferentes graus nas estruturas cerebrais, cada criança poderá apresentar diferentes dificuldades, sendo elas, intelectuais, cognitivas e motoras. Pode ocasionar também alterações no aparelho locomotor, causando múltiplas deficiências (Flor, 2017; Da Silva, 2018; Norbert, 2016).

Sobre esses atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor, Lopes (2017, p. 18-19) nos esclarece que:

[...]. Os médicos usam o termo "atraso no desenvolvimento" quando uma criança não atinge alguns dos marcos do desenvolvimento com a idade esperada, mesmo já levando em conta as variações individuais. O atraso pode ocorrer em uma ou mais áreas como na coordenação motora ampla, por exemplo, habilidades como rolar, sentar e andar. Na coordenação motora fina, caracterizada por capacidade de segurar as coisas, manipular objetos, na linguagem e fala, tanto na compreensão, quanto a fala, nas habilidades sociais, caracterizada pelo relacionamento com outras pessoas e na capacidade de autocuidado, como vestir-se, usar banheiro. Entre os atrasos estão dificuldade de aprendizado, de se comunicar, de se movimentar e até mesmo de brincar.

É fato que essas limitações implicam na vida da criança, tanto dentro de casa, como em um ambiente escolar, onde ela necessita de suporte e acessibilidade para realizar suas atividades diárias. Por este motivo, é importante conhecer qual é de fato a dificuldade de cada aluno, tendo em vista que cada criança pode possuir um grau de comprometimento.

A microcefalia tem características de doença, o que exige cuidados clínicos e ações terapêuticas, pois é necessário identificar os limites e possibilidades no processo de inclusão escolar. As intervenções variam de acordo com as particularidades e comprometimento de cada pessoa. É importante que a criança seja assistida desde os primeiros anos de vida, por neuropediatras, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos e outros. Além desses profissionais, é essencial saber qual o papel da escola no processo de aprendizagem desse aluno (Dantas, 2019).

A inclusão de uma criança com microcefalia não é uma tarefa fácil, pois cada criança apresenta um nível diferente de comprometimento, sendo assim, não existe uma receita pronta, onde as atividades e metodologias desenvolvidas sejam padronizadas, por isso, é importante que os professores conheçam as dificuldades de seus alunos. Pesquisadores como Villachan-Lyra (2018) afirmam que o conhecimento dos quadros clínicos, bem como de suas características, permite que práticas pedagógicas mais adequadas sejam implementadas.

A autora também destaca a importância da comunicação entre a escola, a família e a equipe médica que faz o acompanhamento do aluno, pois isso ajudará a



entender quais são as necessidades dele e como agir diante de cada dificuldade encontrada, com as ferramentas e metodologias específicas (Villachan-Lyra, 2018).

É evidente que o ambiente escolar é o melhor lugar para que uma criança tenha experiências de interação com outras crianças, sendo isso de extrema importância para seu desenvolvimento integral, principalmente para crianças que apresentam algum tipo de deficiência, pois é nesse ambiente que a mesma, irá desenvolver habilidades de se comunicar, se expressar e compartilhar, mesmo que seja de modos específicos. Talvez no ambiente familiar a criança não tenha essa oportunidade, já que seu ciclo de interações seria muito limitado.

Nesse sentido, vale refletir que é importante respeitar o ritmo da criança, levar em consideração suas características, estar atentos a forma como ela se comunica, seja de forma verbal ou sinalizada com gestos e expressões, ter uma atenção e escuta cuidadosa, para que a criança se sinta acolhida naquele ambiente (Villachan-Lyra, 2018).

Para enfrentar o desafio no processo de inclusão de uma criança com microcefalia, é preciso levar em consideração algumas questões citadas por Villachan-Lyra (2018, p. 20-23):

- a) Adaptação do espaço físico, rotina e práticas pedagógicas às necessidades das crianças;
- b) Reconhecimento, por parte dos profissionais da educação, de sua capacidade para aceitar e auxiliar efetivamente essas crianças, mesmo diante das dificuldades e desafios presentes;
- c) Enfrentamento do preconceito – é fundamental criar situações que promovam a aceitação e respeito às diferenças por parte das demais crianças e de todos os membros da comunidade escolar;
- d) Postura e posicionamento corporal da criança – em situações de cuidado, é crucial posicionar e manusear a criança de maneira adequada durante a realização de suas atividades;
- e) Momento da alimentação – a criança pode apresentar dificuldades na deglutição ou excesso de salivação, o que pode resultar em episódios de engasgo;
- f) Administração de medicações – é imprescindível que a criança continue tomando seus medicamentos durante o período em que estiver na escola;
- g) Crises convulsivas – é vital que a equipe pedagógica saiba como agir diante dessa situação.

Somado a isso podem surgir outros desafios, por isso que tanto se fala em profissionais capacitados no ambiente escolar, a inclusão precisa ser um tema sempre discutido e ensinado dia após dia nas escolas. Trabalhando juntos e comprometidos com a educação das crianças, os educadores precisam desenvolver estratégias transformadoras e eficazes para garantir o aprendizado.



Sabendo que a escola é um ambiente privilegiado para atuarmos como agentes inclusivos, precisamos fortalecer cada dia mais essa perspectiva de educação inclusiva, comprometidos com uma pedagogia que possa ensinar a todos, em iguais condições, oferecendo as mesmas oportunidades, entendendo que a diferença vem nos mostrar novas formas de ver o mundo e nos ajudar a desenvolver novas metodologias e práticas para o processo de ensino-aprendizagem.

Menciona-se na Declaração de Salamanca que “O desafio com que se confronta esta escola inclusiva é o de ser capaz de desenvolver uma pedagogia centrada nas crianças, susceptível de as educar a todas com sucesso, incluído as que apresentam graves incapacidades” (UNESCO, 1994, s/p).

Contudo, é notório que apesar de existirem documentos, leis, decretos e muitos outros respaldos que garantem os direitos dessas crianças atípicas, ainda assim, existem muitos educadores despreparados para enfrentar tal tarefa. De acordo com Mendes (2016, p. 259) “no caso de crianças com limitações desenvolvimentais mais severas, se observa um desconhecimento total do educador sobre como proporcionar melhores condições para atender as necessidades dessas crianças”.

O educador é o facilitador do conhecimento na sala de aula, por isso, ele precisa estar preparado para lidar com qualquer circunstância no contexto escolar. E a escola tem o papel de desenvolver projetos, oficinas, palestras, rodas de conversas e cursos específicos, para que o professor adquira todo conhecimento necessário para desenvolver seu trabalho de forma inclusiva e acolhedora.

O professor deve estar comprometido com a efetivação da inclusão dos alunos com necessidades especiais. Faz-se necessário utilizar metodologias inovadoras, adaptar o material pedagógico, flexibilizar o sistema de avaliação e também a didática. Tendo em vista que essa criança tem capacidade de se desenvolver, eles apenas necessitam de uma atenção redobrada, e o professor que está todos os dias em contato com esses alunos, carregam a tarefa de fazer o melhor para que eles consigam progredir. Nesse sentido, Mantoan (2015, p.83) defende que:

Espera-se que o ensino comum se defina inteiramente pela inclusão e que políticas possam orientar, como o faz a educação especial, a reviravolta que se espera da escola e da formação inicial e continuada de professores, tornando o ensino acessível a todos os alunos.

A formação dos profissionais deve ser atualizada, pois isso reflete muito na sala de aula, o professor que se mantém atualizado, compreende melhor quais os



caminhos ele deve seguir para atender as necessidades dos educandos. Levando em consideração aquilo que está previsto nas legislações e nos documentos norteadores.

### **2.3 Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o Profissional de Apoio Escolar**

Como garantia do direito da pessoa com deficiência, o artigo 206 da Constituição Federal de 1988, inciso I, estabelece a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" como um dos princípios para o ensino e dever do Estado, incluindo a oferta do atendimento educacional especializado. Já na Lei Brasileira de Inclusão - LBI (Lei 13.146/2015), em seu Artigo 28, incumbe ao poder público criar, desenvolver, assegurar e implementar: III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (Brasil, 2015).

É fato que o direito do aluno com deficiência está garantido por lei. No entanto, reconhecemos que o caminho para alcançar uma educação de qualidade para essas pessoas é longo e demanda um trabalho árduo na garantia de direitos. Apesar da existência de diversas legislações, ainda testemunhamos, na prática, muitas falhas, deficiências e, por vezes, despreparo por parte dos profissionais envolvidos nesse processo.

Essa falta de formação de professores que saibam lidar com crianças com algum tipo de deficiência é denunciada pelos próprios educadores. Com frequência, ouvimos a frase "não estamos preparados para lidar com esse tipo de aluno" no ambiente escolar. Muitos confirmam que não receberam uma formação inicial ou continuada sobre o tema da inclusão. Por isso, é de suma importância discutir e analisar o atendimento educacional especializado, considerando que é um direito do educando. De Souza Bridi (2011, p.3) destaca que:

As ações de formação de professores veem sendo distinguidas em dois momentos ou dimensões – inicial e continuada – que, por princípio, deveriam ser complementares, caracterizando-se como diferentes momentos de um mesmo processo de formação, que se compreende como inacabado, e por isto, contínuo e permanente.



A autora explica que são considerados professores capacitados aqueles de classes comum, que comprovem em sua formação inicial ou continuada, que cursou disciplinas no campo da educação especial, que o capacite para o trabalho com alunos com necessidades especiais. E professores especializados, são aqueles formados nos cursos de licenciatura em educação especial ou pedagogia com habilitação em educação especial, e também os que possuem cursos complementares e específicos na área (De Souza Bridi, 2011).

Desde 2002 disciplinas no campo da educação especial, é obrigatoriedade curricular, segundo a Resolução CNE/CP nº. 1 de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena (De Souza Bridi, 2011).

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008), para atuar na educação especial, o professor deve ter em sua formação inicial e continuada, conhecimentos específicos na área, pois essa formação possibilita sua atuação no atendimento educacional especializado, e aprofunda o caráter interdisciplinar nas salas de ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado e demais espaços, que ofertam a educação especial (Brasil, 2008).

Frente à realidade que presenciamos, é notório que muitos profissionais não possuem essa formação continuada, alguns até cursaram algumas disciplinas durante a graduação, mas não tiveram a oportunidade de dar continuidade nos estudos específicos, muitas vezes por falta de incentivo. E isso acaba prejudicando o trabalho com esses alunos, gerando insegurança e os professores acabam atribuindo esse trabalho ao cuidador escolar, ou simplesmente deixam o aluno à mercê na sala de aula, dando a responsabilidade de ensino apenas as salas de recursos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) traz que Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação de alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (Brasil, 2008, p. 10).



Mesmo que esse atendimento seja para complementar e suplementar o ensino do aluno, muitos professores têm a ideia de que já que o aluno recebe um atendimento diferenciado, em um horário específico, ele não precisa desse suporte em sala de aula, e isso não procede, pois, a sala de aula é espaço de aprendizagem, o aluno precisa ser incluído em todos os ambientes da escola, a aula deve ser para todos.

Outro ponto a destacar é o papel do profissional de apoio escolar, também chamado de cuidador escolar. Referente às suas funções, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) versa em seu Artigo 3º, inciso VIII, que profissional de apoio escolar é a pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares necessárias, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, é uma profissão legalmente estabelecida (Brasil, 2015).

O impasse que acontece muito nas escolas é a respeito das funções que esse profissional deve exercer durante seu trabalho, pois é atribuído a ele todas as responsabilidades referentes ao aluno, substituindo as atividades do atendimento educacional especializado e as atividades de escolarização. Causa-se, assim, um desvio de função, e muitas vezes, essa pessoa não tem formação para realizar suas verdadeiras funções de maneira correta.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) também traz o que é de responsabilidade desse profissional, ao definir que

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (Brasil, 2008, p. 17).

A verdadeira função desse profissional é a promoção da autonomia e independência do estudante, sendo um auxiliar nas suas atividades básicas, de locomoção, alimentação e higiene. Ele também pode ser o agente facilitador da comunicação entre o aluno e os professores, pode oferecer suporte nas interações, combater situações de discriminação e apoio nas atividades direcionadas pelos professores.

Embora saibamos que o profissional de apoio escolar tenha funções específicas, que é de monitoria dos alunos da educação especial, é observado que



existe uma lacuna em relação a esse apoio ser dado nas classes comuns. Como explica Martins (2011, p.146):

As normativas mais recentes voltadas à Educação Especial demandam uma forte imposição de que o AEE nas redes de ensino aconteça nas salas de recursos multifuncionais. Tal ênfase enfraquece o trabalho da Educação Especial na classe regular, o qual perdeu a possibilidade de apoio pedagógico especializado e passou a assumir o formato de monitoria e cuidado.

Essas circunstâncias acabam desqualificando a formação especializada e o papel do professor da educação especial. O que fica subtendido é que optaram por uma alternativa mais econômica para as redes públicas de ensino, tendo em vista que ter um apoio na classe regular faria com que os professores se sentissem mais seguros, e não se preocupassem tanto no fazer pedagógico (Bezerra, 2020). Mas isso pode ser uma problemática, já que não se tem uma exigência de formação, são contratadas pessoas com nível de escolarização média, sem formação específica na área da educação especial. Segundo Nunes et. al (2013, p. 67):

No Brasil, a necessidade e a urgência em prover atendimento educacional qualificado ao aluno com deficiência no interior da sala regular, como é preconizado nos cânones da educação inclusiva, fizeram emergir esse agente educacional. A partir de 2000, passou a ser frequente nas escolas particulares e, posteriormente, nas escolas públicas a presença do mediador, cujo trabalho se destina a acompanhar crianças que necessitavam de auxílio na sala de aula, em geral sob orientação de profissionais especializados.

Geralmente essa função é atribuída a estagiários, pessoas que estão cursando licenciaturas, especialmente aqueles que estão cursando Pedagogia. Então seria contraditório dizer que esse estagiário seria um profissional de apoio escolar já que ele ainda está em processo de formação. E a lei diz que esse profissional precisa ter uma formação continuada, para assim, desenvolver seu trabalho com excelência.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Tipo de Pesquisa**

Metodologicamente, essa pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso de natureza qualitativa, no qual foram descritas, identificadas e analisadas as práticas pedagógicas aplicadas em sala de aula para a inclusão do aluno com microcefalia.

Para o desenvolvimento desse estudo de caso, foram observadas, as práticas pedagógicas para a inclusão do aluno com microcefalia, identificando quais as ferramentas utilizadas pelos profissionais, quais as metodologias e quais as



dificuldades enfrentadas, tanto pelos professores como pelo aluno em questão.

A escolha desse método de pesquisa deu-se por abranger uma realidade subjetiva, onde a pesquisadora através da sua atuação como profissional de apoio escolar, pôde observar os fatos e fazer a interpretação, segundo sua interação com o ambiente, o aluno e os demais profissionais envolvidos no processo, num período de 2 meses.

A importância dessa abordagem é explicada por Flick (2009), quando ele diz que a subjetividade faz parte do processo de pesquisa e que as observações, reflexões, inquietações e impressões sobre suas atitudes e sobre os envolvidos na pesquisa, tornam-se dados em si, fazendo parte das interpretações e podendo ser utilizado no diário de pesquisa.

O estudo de caso é um método de pesquisa que se caracteriza como uma estratégia para coleta de dados, que vai nos trazer resultados qualitativos, através da observação do cotidiano. E através dessas observações o pesquisador pode analisar as variadas situações e atuações dos indivíduos envolvidos naquele processo.

Segundo autores como Yin (2001), esse tipo de estudo pode ser caracterizado como uma investigação empírica de um fenômeno, inserido em um contexto da vida real. Nessa investigação, os limites entre o que seria o fenômeno e o que seria o contexto não estão claramente definidos. Esse método é o mais adequado quando se fala de analisar um cenário real, aquilo que se vivencia todos os dias no ambiente escolar, social ou familiar. O pesquisador, então, realiza esse papel de observar e analisar suas vivências.

Essa pesquisa caracterizou-se também como uma pesquisa descritiva, na qual foram detalhadas e analisadas as entrevistas gravadas. De acordo com Bardin (2011) corresponde a um procedimento mais intuitivo, maleável e mais adaptável a índices não previstos ou à evolução das hipóteses.

### **3.2 Caracterização do ambiente da escola**

Foi selecionada uma escola da rede municipal de ensino de Açailândia por possuir uma quantidade significativa de alunos com deficiência e por ter um aluno com microcefalia, além de ser um polo de Atendimento Educacional Especializado (AEE), o que contribuiu muito para o enriquecimento das análises.

Esta escola atende ao público do ensino fundamental maior, com turmas do 6°



ao 8º ano, em período integral. Antes de iniciar a pesquisa, foi apresentado ao Diretor da Instituição o termo de solicitação de coleta de dados, que foi devidamente assinado e assim autorizada a execução da pesquisa.

### 3.3 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos participantes da pesquisa foram cinco (n=5) professores de disciplinas como geografia, artes, português, matemática e inglês. São profissionais que estão diariamente em contato com o aluno. A identificação e caracterização<sup>1</sup> desses sujeitos será descrita a seguir:

Entrevistado 1: Formado na disciplina de matemática pela Universidade Federal do Piauí, com especialização no ensino da Matemática, Metodologia do Ensino da Matemática. Possui, também, alguns cursos na área da Educação Especial.

Entrevistado 2: Possui licenciatura em Língua Portuguesa e pós-graduação em Psicopedagogia e algumas capacitações na área da Educação Especial.

Entrevistado 3: Formada em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão, possui um curso técnico em Diversidade Cultural e alguns cursos de extensão em Educação Especial.

Entrevistado 4: Possui licenciatura em Língua Portuguesa, Metodologia do ensino de Língua Portuguesa, com especialização em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa. No contexto da execução da pesquisa, cursava Mestrado Profissional em Letras.

Entrevistado 5: Formado em Música, ministra a disciplina de artes.

No presente trabalho, foi analisado um caso específico, de um aluno do 7º ano do ensino fundamental maior. O aluno em questão é um garoto de 14 anos de idade, com laudo médico de microcefalia. Quanto às suas especificidades, o aluno não possui nenhuma limitação física, suas dificuldades são relacionadas à área cognitiva, à aprendizagem, pois o mesmo não é alfabetizado, tendo grande dificuldade nesse processo de alfabetização, pois apresenta atrasos cognitivos e certo grau de deficiência intelectual.

### 3.4 Instrumentos da coleta de dados

---

<sup>1</sup> Dados obtidos a partir do instrumento de pesquisa desenvolvido pela autora.



Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os profissionais envolvidos na aprendizagem do aluno, para a descrição e análise das informações. Também houve a utilização de diário de bordo, registros fotográficos e relatos de professores. Para tanto, foram feitas entrevistas gravadas, a partir de um questionário (Apêndice A) semiestruturado para melhor aproveitamento das respostas, que foram transcritas para posterior análise, categorização e interpretação dos fatos.

Além disso, foram realizadas leituras das legislações que regem a educação especial, na área da educação inclusiva e da deficiência em questão que é a microcefalia. Esse estudo de caso foi desenvolvido para a escrita do presente trabalho de conclusão de curso (TCC) em forma de monografia, para a obtenção do diploma de graduação em Pedagogia Licenciatura, sendo a primeira turma de pedagogia da Universidade.

Os dados coletados através de entrevistas com os professores, foram transcritos pelo aplicativo Transkripto, que é um aplicativo que converte áudios em texto. Posteriormente os textos das respostas foram analisados pela pesquisadora, com base em autores renomados e na legislação vigente. Os resultados coletados, serão apresentados em seções a seguir.

### **3.5 Análise e interpretação dos dados**

Para organização e análise dos dados coletados, foi realizada uma análise de conteúdo (Bardin, 2011). Ao analisar os resultados coletados, foi observado tanto aspectos positivos quanto desafios relacionados à inclusão. As barreiras foram identificadas e organizadas para proporcionar uma compreensão mais aprofundada desta pesquisa e para esclarecer os fatos. Com isso, busca-se incansavelmente uma reflexão sobre a teoria e a prática, e sobre as metodologias empregadas pelos profissionais que diariamente lidam com o público da educação especial.

Os dados analisados foram organizados em seções. A primeira delas trata da concepção dos professores a respeito da educação especial e inclusiva; a segunda da formação profissional para a inclusão; a terceira contempla sobre o atendimento educacional especializado e o papel do profissional de apoio escolar e a última contempla a análise das ferramentas, estratégias e adaptações pedagógicas dos professores na inclusão do aluno com microcefalia.



## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão apresentados os resultados e discussões provenientes desta pesquisa, os quais foram obtidos por meio de observações em sala de aula com o aluno, bem como entrevistas conduzidas com os professores participantes. Serão apresentadas transcrições de falas e registros fotográficos para validar os dados coletados. Os resultados e discussões serão organizados nos seguintes tópicos: A concepção dos professores sobre uma escola inclusiva; formação profissional para inclusão e as ferramentas, estratégias e metodologias empregadas pelos docentes;

Foram realizadas entrevistas com cinco professores que ministram disciplinas específicas, consideradas pela pesquisadora como fundamentais para o desenvolvimento e aprendizagem do aluno. Os participantes serão identificados da seguinte maneira: Entrevistado 1, entrevistado 2, entrevistado 3, entrevistado 4 e entrevistado 5. O aluno em questão será identificado como Participante Principal. O questionário utilizado continha um total de 7 perguntas, as quais serão identificadas a seguir.

### 4.1 A concepção dos professores sobre uma escola inclusiva

Segundo Ramos (2010), a escola regular revela-se fragilizada e carente de capacidade para efetivar a inclusão escolar, apresentando despreparo para lidar com alunos com deficiência. A autora destaca três pontos cruciais: a falta de capacitação dos professores, a escassez de recursos e a dificuldade em proporcionar atenção individualizada aos alunos, especialmente em salas de aula superlotadas. A falta de preparo é evidenciada pelos próprios educadores ao serem questionados sobre o conceito de inclusão. A seguir será apresentada a pergunta e trechos das falas transcritas.

**Pergunta 1: "Na sua perspectiva, o que é inclusão? Você acredita que esta escola proporciona um ambiente inclusivo?"**

**Entrevistado 1:** "Inclusão eu acho que é você aceitar o ser humano como ele é. E eu acho que essa escola, a gente vê que ela é inclusiva. Que ela trabalha com alunos especiais né? Ela inclui na sala de aula, e tem todo atendimento necessário possível".

**Entrevistado 2:** "Inclusão diante do significado, é incluir, né? Inserir no caso não é alguma coisa, é alguém. Nesse caso é o aluno, é a sociedade dar oportunidades e



valorizar a competência que ele tem, eles têm competência sim, tem habilidade sim, né? E sobre a segunda pergunta referente a escola em que eu trabalho tem inclusão também. Nós temos professores que acompanham, é adaptada no sentido de conversar também com eles, sobre a questão de respeitar o colega e eles não praticarem bullying né? Eles brincam, eles conversam, colocam os colegas nas atividades, nos grupos e você vê aí presencialmente. Então, na minha escola, funciona a inclusão”.

**Entrevistado 3:** “Assim, eu entendo que a inclusão ela vai desde a questão da socialização do aluno com os demais colegas. Não só no fato de atividade adaptada, acho que também a questão da participação dele no dia a dia é bastante necessária. Na escola eu vejo que os meninos eles recebem bem os alunos com deficiência, eu vejo que eles têm um certo cuidado”.

**Entrevistado 4:** “Inclusão é dar oportunidade ao aluno com necessidades especiais, a oportunidade de ser alfabetizado, a oportunidade de ele ter domínio a princípio, domínio entre aspas, ao conhecimento matemático, a oportunidade de se formar leitor, porque por mais que seja um aluno com necessidades especiais, eles são seres humanos que tem também o direito de aprender. Essa é minha opinião. E a escola aqui, eu acredito que não seja um ambiente assim favorável para alguns alunos. No caso do **Participante Principal** devido à condição financeira dele, é interessante ele passar o dia inteiro na escola ele está socializando, ele está conversando, ele está vendo pessoas e talvez eu acredito que isso em casa ele não teria”.

Diante das falas acima, percebe-se que a ideia de inclusão comum nos trechos citados é simplesmente aceitar o indivíduo como ele é e inseri-lo nas classes comuns, respeitando suas diferenças. Verificamos que os participantes consideram a escola inclusiva apenas por aceitar esses alunos em suas classes e por incluí-los nas atividades, demonstrando um certo cuidado com eles. Entretanto, não foi ressaltada a importância de proporcionar a esses alunos as mesmas possibilidades, levando em consideração suas especificidades, superando as dificuldades encontradas e oferecendo as ferramentas necessárias para eliminar qualquer barreira que impeça o aluno de se desenvolver e participar plenamente.

Conforme mencionado por Carvalho (2019), pensar nesses alunos inseridos no ambiente regular de ensino sem oferecer as mesmas possibilidades e sem o preparo dos profissionais é equivalente a considerá-los apenas como números de cadeiras ou matrículas. A legislação também reforça a importância de oferecer uma educação de



qualidade para os alunos com necessidades especiais.

É fundamental destacar que a concepção de inclusão que os professores possuem exerce influência direta em seu trabalho pedagógico, ou seja, em sua atuação em sala de aula. Isso se reflete na maneira como eles efetivamente incluem aquele aluno, oferecendo o suporte necessário para sua aprendizagem.

A exemplo, na fala do **entrevistado 4**, constatamos esse impacto quando ele afirma que “Inclusão é dar oportunidade ao aluno com necessidades especiais, a oportunidade de ser alfabetizado, a oportunidade de ele ter domínio a princípio, domínio entre aspas, ao conhecimento matemático, a oportunidade de se formar leitor, porque por mais que seja um aluno com necessidades especiais, eles são seres humanos que tem também o direito de aprender”. É evidente que a concepção que ele possui de uma educação inclusiva está alinhada ao que se busca nas escolas para efetivar a inclusão dos alunos com necessidades especiais.

Conforme afirmado pela escritora Mantoan (2015), o processo de inclusão envolve compreender que cada aluno aprende dentro de suas possibilidades. Quando o ensino é verdadeiramente de qualidade, o professor buscará as melhores formas de ensinar esse aluno, respeitando seus limites e sua forma de absorver os conteúdos apresentados.

Para analisar mais especificamente a perspectiva dos professores em relação à inclusão, solicitou-se aos entrevistados que compartilhassem suas percepções sobre o **Participante Principal**. O intuito foi avaliar a compreensão de cada professor sobre o conceito de inclusão e sua visão em relação ao aluno com deficiência, com o objetivo de constatar se estão, de fato, adotando práticas inclusivas em sala de aula.

Conforme Mantoan (2015), a exclusão escolar se manifesta de diversas maneiras, muitas vezes de forma sutil e prejudicial. Isso ocorre geralmente porque o padrão de desenvolvimento de um aluno com deficiência não está alinhado com os padrões considerados científicos ou acadêmicos do conhecimento escolar. Assim, a exclusão não se limita apenas aos aspectos estruturais e físicos de uma escola, mas também envolve a marginalização e discriminação de alunos que não se enquadram nos moldes tradicionais de aprendizagem. Isso reflete preconceitos e falta de compreensão em relação a esses alunos, que possuem diferentes formas de aprender.

**Entrevistado 1:** “Sobre o aluno a gente vê que ele precisa de muito mais empenho, porque é a dificuldade de aprendizagem dele é muito grande e ele precisa ser



acompanhado pela família. A família tem que estar acompanhando ele direitinho, tem que estar todo dia investindo mais nele. E eu vejo muito descaso por parte da família”.

**Entrevistado 2:** “Sobre a questão da inclusão, primeiro que é um sinônimo de solidariedade e oportunidade. Nós temos alunos que tem a capacidade imensa, só não descobriram ainda essa capacidade. Que as vezes é uma capacidade, uma habilidade maior que a minha. Em algumas situações, mas que na mente deles não funciona tão bem e cabe a alguém conseguir enxergar essa habilidade que eles têm, que é o caso do cuidador (**profissional de apoio escolar**) que nos auxilia. Sobre o treinamento que nós deveríamos ter ao mínimo umas três vezes no ano, tendo em vista que as adaptações vão modificando, vão dificultando e a gente vai tentando se aperfeiçoar, se adaptar na medida do possível, até porque o material, nós não temos, é disponibilizado para a turma de AEE, que é a sala especial para o atendimento deles. Mas em sala a gente se adapta na medida do possível com esse acompanhamento nosso e dos cuidadores”.

**Entrevistado 3:** “Eu acho importante o aluno está inserido no ambiente escolar, não só para a questão de adquirir o conhecimento, mas também de socialização, né? Porém, ainda precisa melhorar muito, tanto o trabalho do professor, como a própria escola em entregar para o professor essa oportunidade, porque infelizmente a gente não tem esse direcionamento da própria secretaria, de incentivar o professor a buscar esse conhecimento. E aí também proporcionar materiais para o profissional e para o próprio aluno. Eu fico muito angustiada assim, porque eu fico preocupada, é que o aluno está lá né? E aí, no caso, ele escuta ali, mas depois ele já esquece. Mas ele está inserido, porque imagina ele passar o dia todinho aqui e não fazer nada, entendeu? Aí piora a situação dele”.

**Entrevistado 4:** “Eu sou um professor especial, viu? Sou autista. E diríamos assim, do **Participante Principal**, trabalhar com ele, eu me identifico muito com os alunos que tem alguma necessidade especial. É um desafio para mim, ser professor, e é um desafio trabalhar com esses alunos. Resumindo, é um desafio ser professor”.

Diante das falas acima, podemos observar que em alguns momentos os entrevistados atribuem a responsabilidade pela aprendizagem do aluno a alguém, seja a família, o cuidador ou a sala de AEE, também deixam claro que existem dificuldades devido à falta de formação, incentivo e recursos. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) estabelece que os sistemas de ensino devem promover e garantir: atendimento educacional



especializado; formação de professores para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica e em todos os meios de informação e comunicação.

No trecho da fala do **entrevistado 1**, destacamos o seguinte “A família tem que estar acompanhando ele direitinho, tem que estar todo dia investindo mais nele. E eu vejo muito descaso por parte da família”. Entende-se que o professor atribui a responsabilidade de aprendizagem do aluno apenas a família. **Já o entrevistado 2** diz “Em algumas situações, mas que na mente deles não funciona tão bem, cabe a alguém conseguir enxergar essa habilidade que eles têm, que é o caso do cuidador **(profissional de apoio escolar)** que nos auxilia”. Esse trecho deixa claro que a ideia do professor é que a responsabilidade de descobrir as habilidades do aluno é responsabilidade do cuidador. Na fala do **entrevistado 3** é colocado que ele considera importante a presença do aluno na sala de aula, mas que não se sente preparado para lidar com esse aluno, pois a instituição não oferece o suporte necessário para a efetivação da inclusão escolar, como está descrito: “Eu acho importante a questão do aluno está inserida no ambiente escolar, não só para a questão de adquirir o conhecimento, mas também de socialização, né? Porém, ainda precisa melhorar muito, tanto o trabalho do professor, como a própria escola em entregar para o professor essa oportunidade, porque infelizmente a gente não tem esse direcionamento da própria secretaria, de incentivar o professor a buscar esse conhecimento.”

Segundo Villacham-Lyra (2018), é importante que os professores conheçam as dificuldades dos alunos e suas características para que sua prática pedagógica seja adequada. Ela também destaca a importância da comunicação entre a escola e a família, pois, dessa forma, o professor terá informações sobre como lidar com as dificuldades encontradas no ambiente escolar. Para enfrentar esse desafio na inclusão de uma criança com deficiência, os profissionais devem reconhecer a capacidade de cada um, aceitar e auxiliar, mesmo diante de tantas dificuldades.

Portanto, a inclusão precisa ser um tema sempre discutido nos espaços escolares, onde todos estejam comprometidos com a educação das crianças. Os educadores precisam desenvolver estratégias transformadoras e eficazes para garantir o aprendizado.

## 4.2 Formação Profissional para a inclusão



Para garantir a efetivação da inclusão, a escola deve se munir de conhecimentos e práticas inovadoras e eficazes para a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. A autora Mantoan (2015) defende que os professores precisam ter formação inicial e continuada na educação inclusiva, de modo que suas práticas contemplem as diferenças existentes em sala de aula.

Para analisar o preparo dos profissionais envolvidos no processo de ensino do **Participante Principal**, foram feitas duas perguntas sobre a formação dos participantes:

**Pergunta 2: "Você possui alguma formação na área da educação especial? Considera necessário esse tipo de formação para os professores da rede regular de ensino?"**

**Entrevistado 1:** “É, sim, eu acho que ajuda, né? Mas é preciso de mais qualificação, uma coisa mais especializada, mais específica.”

**Entrevistado 2:** “Começo respondendo pela minha formação. Na minha pós-graduação em psicopedagogia, tratamos de alguns temas relacionados a deficiência. E a questão da capacitação, eu sempre procuro me capacitar na medida do possível assistir no YouTube e fazer cursos”.

**Entrevistado 3:** “Eu tenho uns pós em diversidade cultural na educação, e aí tinha algumas disciplinas que eram voltadas para a educação especial, e inclusive a gente produziu muito artigo, fez muito trabalho voltado para essa questão que era umas das diversidades dentro da educação e com certeza eu acho que cada vez mais a gente precisa dessa formação, porque a gente percebe que cada vez mais o aluno, ele está tendo que ser inserido. Antes, geralmente quando o aluno tinha essas dificuldades ele ficava em casa e hoje eles estão no ambiente escolar e a gente precisa saber como lidar com isso”.

**Entrevistado 4:** “Olha seria interessante que os cursos de graduação e licenciatura trabalhassem mais esse assunto. Eles trabalham a questão da libras, mas em educação especial em si pra trabalhar com um aluno autista, alunos com baixa visão, aluno no caso com microcefalia, eu nunca trabalhei, então eu não tenho formação em educação inclusiva, educação especial e assim na graduação também não temos, e assim de formação, eu estou aqui há cinco anos o município nunca ofereceu um curso de especialização um curso de aperfeiçoamento pra alunos com necessidades especiais, seria interessante que os cursos de graduação e o município pudesse



oferecer essa formação”.

**Entrevistado 5:** “Olha na minha graduação tinha lá uma disciplina de libras que na época era a maior polêmica, parece que tinha se tornado obrigatório antes, aí quando eu cheguei desobrigaram e ficou lá aquela disciplina se faz, se não faz. Então, assim, eu tive professores formadores que falaram muito dessa parte da educação especial. Então as memórias que eu tenho da minha licenciatura é que esse assunto não foi deixado de lado, eu recebi fortes influências. E eu me considero um profissional sensível a esse assunto, a formação que eu busquei foi alguns cursos daqueles livres, de quarenta, sessenta horas. Sempre me chamou atenção alguns perfis específicos, por exemplo, autismo, e na pós-graduação em metodologias do ensino de artes teve uma cadeira lá que foi só sobre educação especial. Então assim, eu diria, eu não tenho formação específica, uma pós-graduação. Mas essa parte eu não considero que ela foi esquecida não, tem aí uma formação razoável.

Pergunta 3: **"Qual é a sua formação acadêmica e qual disciplina você ministra nesta escola?"**

**Entrevistado 1:** “Eu sou formado em matemática pela Universidade Federal do Piauí. Fiz especialização no ensino da matemática, metodologia do ensino da matemática e fiz cursos de aperfeiçoamento, e sobre o aluno com microcefalia ou alunos especiais, alunos com dificuldades de aprendizagem também, eu fiz vários cursos nessa área, e a gente trabalha com mais empenho né, com mais direcionamento a esses alunos”

**Entrevistado 2:** “Eu tenho licenciatura em língua portuguesa e pós-graduação em psicopedagogia e algumas capacitações inclusive na questão da área especial, né. Sobre a minha disciplina eu leciono língua portuguesa e protagonismo”.

**Entrevistado 3:** “Minha formação, é geografia, pela Uema e aí eu tenho também o técnico em meio ambiente pelo Senac, e tenho diversidade cultural da educação, pelo IFMA, que é a pós, aí tem alguns cursos de extensão que é, não vou saber dizer todos, mas tem alguns na área da educação especial”.

A análise das respostas dos entrevistados revela que eles consideram crucial uma formação específica na área da educação especial para realizar um trabalho eficaz com os alunos inseridos na rede regular de ensino. Como apontado pelo **entrevistado 1:** “Mas é preciso de mais qualificação, uma coisa mais especializada, mais específica”. Já os **entrevistados 2 e 3** relataram que possuem pós-graduação em educação especial, enfatizando, no entanto, que essa formação precisa ser



contínua. Eles ressaltaram a importância de estar sempre atualizado, como mencionado pelo **entrevistado 3** “Com certeza eu acho que cada vez mais a gente precisa dessa formação, porque a gente percebe que cada vez mais o aluno, ele tá tendo que ser inserido. Antes, geralmente quando o aluno tinha essas dificuldades ele ficava em casa e hoje eles estão no ambiente escolar e a gente precisa saber como lidar com isso”.

Observa-se na fala do **entrevistado 4**, quando ele disse “Então eu não tenho formação em educação inclusiva, educação especial e assim na graduação também não temos, e assim de formação, eu estou aqui há cinco anos o município nunca ofereceu um curso de especialização um curso de aperfeiçoamento pra alunos com necessidades especiais, seria interessante que os cursos de graduação e o município pudesse oferecer essa formação”. É possível constatar no trecho apresentado que o entrevistado não possui formação na área da educação especial e também não foram oferecidos pela instituição e pela secretaria do município cursos de especialização durante o período em que ele esteve trabalhando na escola. Essa falta de formação específica ressalta uma lacuna na preparação desse profissional para lidar com os desafios e demandas da educação especial, indicando a necessidade de investimentos em oportunidades de desenvolvimento profissional nessa área.

A **pergunta 3** da entrevista foi direcionada aos professores para entender se possuem formação na área da educação especial. O objetivo foi averiguar se os professores que estão trabalhando com alunos com deficiência possuem formação inicial ou continuada para atuarem nas salas de aula. Essa abordagem está em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), em seu Art. 28, inciso 10, que destaca a necessidade da "adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado". Garantir que esses professores tenham acesso a formações específicas é de grande importância para promover uma educação inclusiva e de qualidade.

Para lidar com o público da educação especial e inclusiva, é crucial que o professor esteja preparado para os desafios que surgirão durante sua prática. Conforme destacado por De Souza Bridi (2011), os professores capacitados são aqueles que comprovam, em sua formação inicial ou continuada, que cursaram disciplinas ou fizeram cursos no campo da educação especial. Já os professores especializados são aqueles que possuem licenciatura em educação especial ou



pedagogia com habilitação em educação especial.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva também ressalta que, para atuar na educação especial, o professor precisa ter conhecimentos específicos na área. Isso se refletirá em sua atuação, que deve ter um caráter interdisciplinar na sala regular de ensino (Brasil, 2008).

É perceptível que os professores têm uma preocupação em se manterem atualizados sobre o tema da inclusão, buscando diversas formas de estar por dentro do assunto, como mencionado pelo **entrevistado 5**. “Eu me considero um profissional sensível a esse assunto, a formação que eu busquei foi alguns cursos daqueles livres, de quarenta, sessenta horas. Sempre me chamou atenção alguns perfis específicos, por exemplo, autismo, e na pós-graduação em metodologias do ensino de artes teve uma cadeira lá que foi só sobre educação especial. Então assim, eu diria, eu não tenho formação específica, uma pós-graduação. Mas essa parte eu não considero que ela foi esquecida não, tem aí uma formação razoável”. Essa iniciativa reflete o reconhecimento da importância de compreender e lidar com as demandas da educação inclusiva. A busca por atualização demonstra um comprometimento em oferecer uma prática educacional mais inclusiva e adaptada às necessidades dos alunos, fortalecendo a qualidade do ensino.

É importante observar que a preocupação em se manter atualizado sobre o tema inclusão por parte dos professores não é diretamente proveniente dos sistemas de ensino, das secretarias ou do município. Pode-se perceber uma lacuna na oferta de formações, cursos ou palestras sobre o tema. Essa constatação destaca a necessidade de um maior investimento e suporte das instâncias educacionais superiores para garantir que os educadores tenham acesso a oportunidades de formação contínua e estejam adequadamente preparados para atuar em ambientes inclusivos.

#### **4.3 Atendimento Educacional Especializado e o Papel do Profissional de Apoio Escolar**

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI, 2008) versa que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos que eliminem as barreiras para a plena participação do aluno, considerando suas especificidades. Também destaca que as atividades realizadas na sala de AEE são diferentes das que



são realizadas em sala de aula comum e não substituem a escolarização. O AEE é um atendimento que complementa e suplementa a formação dos alunos, permitindo que desenvolvam autonomia e independência dentro e fora da escola (Brasil, 2008).

Sobre o Profissional de Apoio Escolar, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), no 3º Artigo, inciso VIII, define que o profissional de apoio escolar é a pessoa que exerce funções de cuidados com o aluno, no que diz respeito à alimentação, higiene e locomoção dentro do ambiente escolar, além de auxiliar nas demais atividades necessárias. Este profissional atua em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, sendo uma profissão legalmente estabelecida (Brasil, 2015).

Tendo como objetivo constatar se os professores conhecem quais as verdadeiras funções do Atendimento Educacional Especializado e do Profissional de apoio escolar, foi direcionado a eles a pergunta a seguir:

**Pergunta 4: “Como você percebe e avalia o trabalho desempenhado pelos profissionais de atendimento educacional especializado (AEE) e pelos profissionais de apoio escolar (cuidadores) na promoção da inclusão e aprendizagem dos alunos com deficiência em sala de aula?”**

**Entrevistado 1:** “Eu tenho visto que eles ajudam bastante eles acompanham, falam com os pais né. Eles perguntam por que que está faltando, se está tomando remédio todos os dias, eles fazem esse acompanhamento e as vezes eles tiram o aluno da sala e leva para a sala do apoio especializado e faz o trabalho mais direcionado, mais diversificado, mais intenso, como o aluno precisa”.

**Entrevistado 2:** “Eu penso assim, que se não tivesse nós estávamos mais perdidos ainda, porque é uma ponte, na verdade, os profissionais de AEE, os cuidadores são a ponte do professor com o aluno, porque o cuidador tem mais a fundo, já conhece mais a questão detalhada do aluno e aí ele passa isso para a gente”.

**Entrevistado 3:** “Primeiramente que eu acho o máximo essa ideia, é muito interessante, é esse acompanhamento, bacana porque ele não se sente só, ele sabe que tem alguém do lado que pode auxiliar, que pode na medida do possível tentar compreender a capacidade dele e as deficiências, né. Claro que sempre passando as informações para professor. Tanto que quando a gente vai fazer uma avaliação bem no início a gente pergunta o que você acha dessa prova aqui, e essa avaliação,



quando a gente não tem muito conhecimento do que ele sabe e o que ele não sabe. Mas se é o aluno que chega um aluno novato, que chegou recente, a gente dá essa chance de perguntar para a cuidadora que já conhece há tempo, né? Assim mais próximo se a avaliação dá certo, se é do nível dele e tal, é nesse sentido, eu acho essa ideia máxima, top demais”.

**Entrevistado 4:** “Bem, eu acho altamente relevante, porque até dois mil a gente não tinha essa, essa noção de cuidado na escola pública para alunos com necessidades especiais. Então o trabalho dos cuidadores, o trabalho dos professores do AEE é altamente relevante. Por quê? Porque é uma forma de atendimento particular. Para mim é altamente relevante, poderia até ter mais, porque às vezes eles também são sobrecarregados. Mas o ideal é que fosse cada aluno com necessidade especial, tivesse alguém que auxiliasse ele. Não ficasse dividido com dois alunos, mas essa é a minha observação.

Considerando que papel do profissional de apoio escolar (cuidador) é auxiliar nas atividades básicas do aluno com deficiência (Bezerra, 2020), podemos partir para a análise das falas acima. Em primeiro lugar, a resposta do entrevistado 1, quando ele diz “Eles perguntam porque que está faltando, se está tomando remédio todos os dias, eles fazem esse acompanhamento e as vezes eles tiram o aluno da sala e leva para a sala do apoio especializado e faz o trabalho mais direcionado, mais diversificado, mais intenso, como o aluno precisa”. O entrevistado relatou que o profissional de apoio escolar é quem faz o acompanhamento do aluno e o leva para o atendimento mais especializado.

O entrevistado 2 diz em sua fala “Os cuidadores são a ponte do professor com o aluno, porque o cuidador tem mais a fundo, já conhece mais a questão detalhada do aluno e aí ele passa isso para a gente”. De certa forma, sim. O cuidador é uma ponte entre o professor e o aluno, mas sua função vai além de facilitar a comunicação. Ele pode oferecer suporte nas interações, combater situações de discriminação e ser apoio nas atividades direcionadas pelo professor.

Mas, nesse momento, é importante destacarmos o trecho na fala do entrevistado 3 “Claro que sempre passando as informações para professor. Tanto que quando a gente vai fazer uma avaliação bem no início a gente pergunta o que você acha dessa prova aqui, e essa avaliação, quando a gente não tem muito conhecimento do que ele sabe e o que ele não sabe. Mas se o aluno que chega é um aluno novato, que chegou recente, a gente dá essa chance de perguntar para a



cuidadora que já conhece há tempo, né? Assim mais próximo se a avaliação dá certo, se é do nível dele e tal, é nesse sentido, eu acho essa ideia máxima, top demais”. Nessa fala, observamos que o professor tem a ideia de que o cuidador é responsável por conhecer o nível de conhecimento que o aluno tem e qual tipo de avaliação ele é capaz de desenvolver. Entretanto, como discutimos anteriormente, é o professor quem deve conhecer as dificuldades do aluno e analisar os níveis de aprendizagem. Ele é quem possui formação específica e continuada no campo da educação especial.

Fica evidente a problemática em torno do trabalho nas classes comuns, pois muitas vezes o cuidador não tem formação adequada para assumir essas responsabilidades. Conforme Bezerra (2020), as pessoas contratadas para assumir o cargo de apoio escolar geralmente possuem nível de escolarização médio, sem formação específica na área da educação especial. Em alguns casos, o cuidador pode ter uma licenciatura ou ser estagiário, mas ainda em processo de formação.

O entrevistado 4 afirma: “Então, o trabalho dos cuidadores, o trabalho dos professores do AEE é altamente relevante. Por quê? Porque é uma forma de atendimento particular. Para mim, é altamente relevante, poderia até ter mais, porque às vezes eles também são sobrecarregados”. A ideia de inclusão apresentada acima é totalmente diferente do conceito de inclusão. A educação inclusiva busca promover a participação plena de todos os alunos, e o ensino individualizado para alunos com deficiências não corresponde aos princípios inclusivos, conforme afirmado por Mantoan (2015) essa divisão representa uma forma de discriminação dos alunos dentro e fora das salas de aula.”

#### **4.4 Ferramentas, estratégias e adaptações pedagógicas dos professores na inclusão do aluno com microcefalia**

Crianças com a Síndrome Congênita do Vírus da Zika (SCVZ) podem apresentar alterações e dificuldades em diferentes graus, tanto nas estruturas cerebrais quanto no seu aparelho locomotor. Essas alterações resultam em uma série de atrasos no desenvolvimento intelectual, cognitivo e motor. Esses atrasos podem ocasionar dificuldades no aprendizado, na comunicação, no movimento e na interação.

Tendo em vista essas limitações, a criança com microcefalia necessita de suporte e acessibilidade para realizar suas atividades no ambiente escolar. É



necessário realizar adaptações para que o aluno consiga acompanhar o aprendizado. No processo de inclusão, é crucial que os professores estejam atentos às características individuais do aluno e respeitem seu ritmo, proporcionando um ambiente escolar acolhedor. Além disso, é essencial utilizar as estratégias e metodologias adequadas (Villachan-Lyra, 2018).

A seguir, será feita a análise das práticas pedagógicas realizadas pelos professores para a inclusão do **Participante Principal**, por meio de trechos de falas dos entrevistados, relatos do diário de bordo utilizado pela pesquisadora e fotos para comprovação dos relatos obtidos nos dias de pesquisa de campo. Duas perguntas foram direcionadas aos entrevistados com o intuito de descrever as ferramentas e metodologias utilizadas em sala de aula. Essas questões da entrevista que serviram de base para essa subseção de análise foram a 5 e 6, transcritas na íntegra apenas na análise das respostas do Entrevistado 1 para melhor entendimento do seu teor.

**Pergunta 5: “Na sala de aula, quais estratégias, ferramentas ou metodologias você utiliza para que ocorra a inclusão do aluno com microcefalia?”**

**Entrevistado 1:** “O aluno com microcefalia ele tem que ser tratado de uma maneira especial, porque tem muita dificuldade de memorizar né? Até os números ele escreve ao contrário. Mesmo olhando ele vai copiar e ainda cópia errado. Então a estratégia é preparar material antes, trazer para ele pintar, né? E por aí vai, sempre vai ser assim. Ele nunca, nunca vai conseguir progredir”.

**Pergunta 6: “As adaptações para alunos com microcefalia são planejadas antecipadamente ou desenvolvidas de acordo com as necessidades práticas durante o ensino?”**

**Entrevistado 1:** Tem adaptações sim, no caso com antecedência a gente vem já separando, do planejamento das aulas as atividades para esse aluno. E também as vezes no dia também uma aula diferente né? Uma aula diferenciada para todos os alunos. A gente vai ver também se ele se entrosa com os outros alunos, brinca. Algumas vezes a gente leva eles para medir a quadra e aí dá tudo certo. Ele trabalha em equipe, ele consegue com a ajuda dos outros parceiros dele.

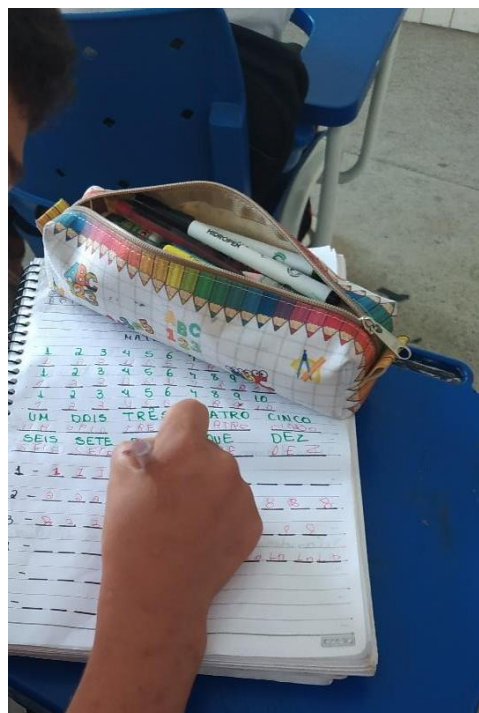
A partir dos registros do diário de bordo da pesquisadora, é possível dizer que



nas observações durante a aula de Matemática, foi notado que o professor manteve uma rotina consistente, chegando na sala, cumprimentando os alunos e introduzindo o conteúdo a ser trabalhado. No entanto, essa abordagem não considera as necessidades do aluno com microcefalia. O professor prosseguia escrevendo no quadro as questões a serem corrigidas, sem oferecer direcionamento específico para o aluno em questão. Durante o intervalo de cópia, embora o professor interagisse com o **Participante Principal**, não foi possível observar inclusão efetiva do aluno com microcefalia nas atividades propostas.

O aluno demonstrava interesse em participar ativamente, sempre buscando orientação da cuidadora sobre as atividades em sala. Contudo, ele enfrentava desafios, como a falta do livro da matéria, a dificuldade em compreender letras minúsculas e a falta de alfabetização. Isso o impedia de acompanhar o ritmo da turma, deixando-o à margem das atividades planejadas. A cuidadora, com dedicação, buscava alternativas para o aluno, como atividades adaptadas de alfabetização matemática, permitindo sua participação efetiva na aula, como mostram as Figuras 1 e 2 abaixo. No entanto, é essencial considerar estratégias mais inclusivas para garantir que o aluno com microcefalia tenha igualdade de oportunidades e acesso ao aprendizado em sala de aula.

Figura 1 - Atividade de Matemática



Fonte: Elaborada pela autora (2023)



Figura 2 - Atividade de Alfabetização Matemática



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

A escola é um ambiente privilegiado para atuarmos como agentes inclusivos, comprometidos com uma pedagogia que possa ensinar a todos em igualdade de condições, oferecendo ferramentas e metodologias eficazes para garantir a aprendizagem dos alunos. Precisamos entender que a diferença vem nos mostrar novas formas de ver o mundo e nos ajudar a desenvolver práticas pedagógicas inovadoras.

Como nos diz a Declaração de Salamanca (1994), o dilema enfrentado por uma escola inclusiva, reside na capacidade de criar uma abordagem pedagógica centrada nas crianças, capaz de educar com sucesso todas, incluindo aquelas que apresentam graves incapacidades.

Na fala do **entrevistado 1** quando ele diz “Então a estratégia é preparar material antes, trazer para ele pintar, né? E por aí vai, sempre vai ser assim. Ele nunca, nunca vai conseguir progredir”. Notamos que o entrevistado tem um pensamento limitado sobre inclusão, conformado com o fato de o aluno apresentar dificuldades em memorizar e aprender os números. Ele não se mostra preocupado em desenvolver práticas que verdadeiramente incluam o **Participante Principal**.

Em sua resposta à pergunta de número 6, que fala sobre o planejamento e adaptações para o aluno, o entrevistado diz “Tem adaptações sim, no caso com

antecedência a gente vem já separando, do planejamento das aulas, as atividades para esse aluno”. Porém, de acordo com o relato do diário de bordo, não foi visto o planejamento, nem mesmo a aplicação de atividades adaptadas ao longo do período de observação. Segundo o relato da pesquisadora, a pessoa que direcionava atividades para o aluno era a cuidadora, podendo ser constatado nas Figuras 1 e 2 apresentadas anteriormente.

Como observado acima, uma coisa é o que está escrito, e outra é o que realmente acontece nas salas de aula, no dia a dia escolar. Os profissionais são poucos sinceros consigo mesmos e com os alunos, buscando meios e válvulas de escape, atribuindo o ensino especial a um reforço paralelo, contribuindo assim para a exclusão de alunos com deficiência, que não conseguem atender às demandas do ensino regular (Mantoan, 2015).

**(Pergunta 5). Entrevistado 2:** “Na medida do possível não trago muitas atividades, né? Mas na questão da explicação e da dinâmica eu tento inserir ao máximo o aluno para que ele entenda o que eu estou falando. E nas avaliações é as nossas avaliações são diferentes da avaliação que é feita com os alunos que não tem nenhuma problemática, nenhuma especialidade, é diferente da que é feita para o aluno com microcefalia.

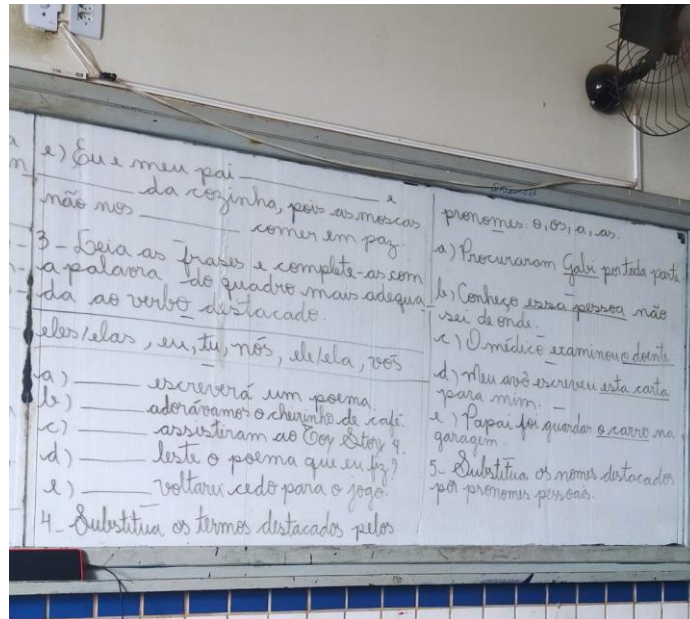
**(Pergunta 6). Entrevistado 2:** “No dia a dia na sala de aula a gente vai se planejando porque cada dia é uma descoberta. Cada dia é algo que a gente entende, aprende e que a gente procura diagnosticar aquilo que ele sabe, aquilo que ele já traz, aquele conhecimento prévio”

A partir dos registros do diário de bordo da pesquisadora, é possível dizer que durante as aulas de Português, foi observado que a professora não levava atividades adaptadas para o aluno. No momento de explicação do conteúdo, ela não direcionava a fala ao **Participante Principal**, exceto em aulas mais dinâmicas, onde trouxe uma atividade diferenciada para todos, incluindo o aluno, um exemplo dessa aula será mostrado na Figura 3 a seguir.





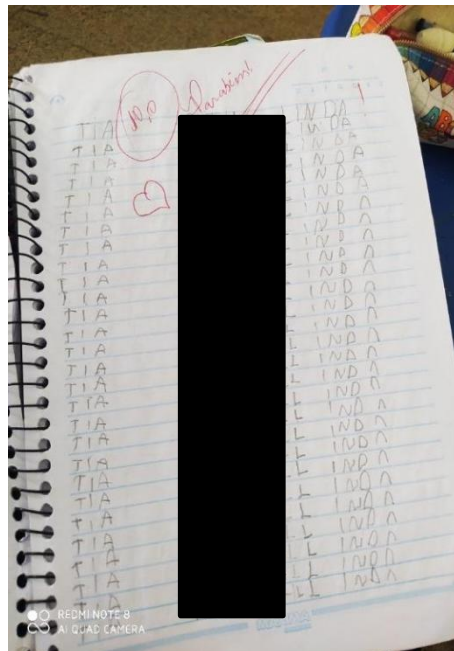
Figura 4 - Atividade no quadro em letra cursiva



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Foi observado também que, na maioria das aulas dessa matéria, havia o costume de algum colega pegar o caderno do aluno e copiar uma frase qualquer para que ele tivesse algo para fazer. Ao final da aula a professora dava o visto, conforme mostra a Figura 5<sup>2</sup> a seguir. A frase em questão é “Tia [nome da professora] linda”.

Figura 5 - Caderno do aluno com cópia de frase não relacionada ao conteúdo da aula

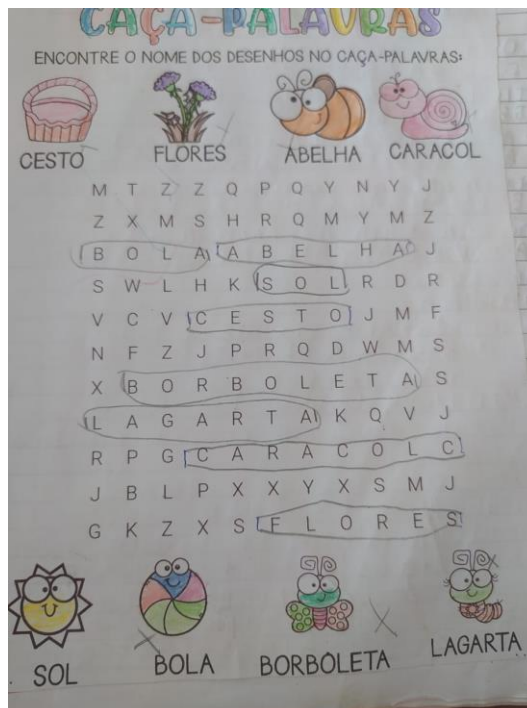


Fonte: Elaborada pela autora (2023)

<sup>2</sup> A imagem se encontra com uma cobertura preta para fins de sigilo quanto ao nome da professora.

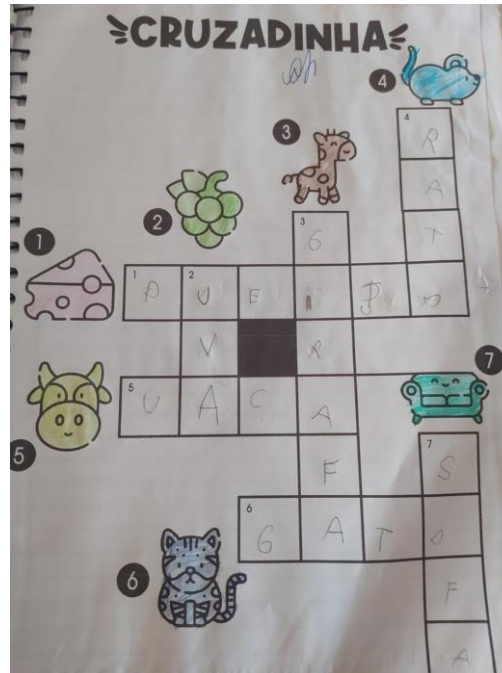
O aluno consegue compreender letras maiúsculas e conhece as letras do alfabeto, mas não consegue fazer a leitura; ele apenas consegue transcrever. Apesar das dificuldades de memorização e aprendizagem causadas pela sua deficiência intelectual decorrente da microcefalia, ele ainda consegue aprender letras e palavras pequenas e associá-las a figuras. Além disso, é capaz de realizar atividades de caça-palavras e cruzadinhas, atividades levadas pela cuidadora, como será mostrado na Figura 6 e 7 abaixo. A professora não leva atividades adaptadas, mas a cada bimestre, o aluno precisa fazer a avaliação para obter a nota final. Essa avaliação é realizada com o auxílio da cuidadora.

Figura 6 - Atividade de caça-palavra



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Figura 7 - Atividade de cruzadinha



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Com base na análise de Mendes (2016), no cenário envolvendo crianças com limitações severas, é notável uma lacuna de conhecimento por parte dos educadores sobre como criar condições mais adequadas para atender às necessidades dessas crianças. Esse aspecto torna-se evidente na fala do entrevistado 2, quando ele menciona: "Cada dia é algo que a gente entende, aprende e que a gente procura diagnosticar aquilo que ele sabe, aquilo que ele já traz, aquele conhecimento prévio." Entretanto, conforme relatado no diário de bordo da pesquisadora, a professora parece não ter conhecimento das dificuldades do aluno, mesmo sabendo que ele possui um certo grau de deficiência intelectual, não é alfabetizado e letrado, e não consegue acompanhar o ritmo da turma. Durante o período de observação, A professora não buscou meios de integrar esse aluno durante as aulas, evidenciando uma falta de conhecimento sobre como lidar com as limitações do aluno com microcefalia.

O aluno é incluído apenas em atividades práticas que não contribuem para sua alfabetização, apenas socialização. Como professora da disciplina de Português, seria crucial que ela fizesse parte do processo de aprendizagem, desenvolvendo práticas de alfabetização com atividades adaptadas e recursos pedagógicos, buscando incluir o aluno nos conteúdos abordados. Apesar de suas limitações, o aluno consegue realizar atividades adaptadas, conforme mostrado nas Figuras 6 e 7, mesmo que com

o auxílio de outra pessoa. Portanto, seria de extrema relevância contribuir e reforçar esse aprendizado.

Conforme afirmado por Vygotsky (2012) em sua teoria, as dificuldades podem afetar as relações sociais. No entanto, isso não impede o desenvolvimento do indivíduo, pois ele está sujeito às mesmas leis de desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores. Isso significa que ele possui as mesmas capacidades de se desenvolver, mesmo que por caminhos diferenciados.

Nesse sentido, outros entrevistados demonstraram maior alinhamento entre aquilo que foi expresso ao longo das entrevistas e as práticas observadas pela pesquisadora no contexto estudado. Assim, é possível refletir que há preocupação destes em se buscar meios para efetivar a inclusão do aluno com microcefalia.

**(Pergunta 5). Entrevistado 3:** “Tem a questão das atividades adaptadas, eu tento não fazer uma atividade que não tenha nada a ver com o conteúdo. Tipo assim, eu trago uma atividade pra ele pintar que não tem nenhuma relação com o que eu tô trabalhando porque aí ele pode perceber que ele tá recebendo uma atividade aleatória e também a questão quando é aula expositiva é eu tento perguntar pro aluno, pra saber se ele tá compreendendo e mesmo que as vezes ele não compreenda, mas ele se sente também participando, porque da forma como eu pergunto pra os outros alunos, mesmo que ele não consiga responder, mas ele sente que está sendo visto também”.

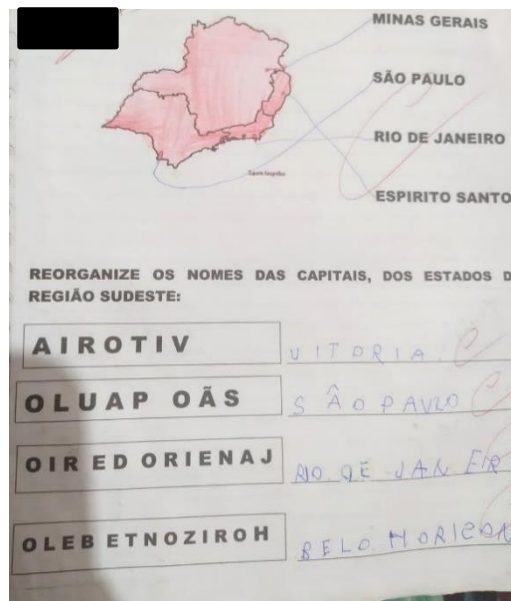
**(Pergunta 6). Entrevistado 3:** “Elas são planejadas antes, quando eu estou planejando a aula para os alunos, para a turma e aí eu começo a planejar o que pode ser trabalhado com ele. É claro que durante o dia surge outras ideias para trabalhar numa próxima aula, ou então as vezes o que a gente traz, não dá certo ali naquele momento e aí pode surgir uma outra alternativa no momento. Não só para alguém especial, às vezes até para os outros alunos, a gente traz um plano e na hora não funciona.

De acordo com os relatos no diário de bordo da pesquisadora, ao longo das aulas de Geografia observou-se que a professora demonstrava preocupação com o aprendizado do Participante Principal. Ela sempre procurava inserir o aluno tanto nas atividades diárias quanto na explicação do conteúdo, nos trabalhos em grupo, e em todas as aulas ela levava uma atividade adaptada relacionada ao conteúdo, conforme pode ser visto na Figura 8 a seguir. Isso está de acordo com o que ela relatou no



trecho: "Tem a questão das atividades adaptadas, eu tento não fazer uma atividade que não tenha nada a ver com o conteúdo".

Figura 8 - Atividade adaptada de Geografia



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

A conduta dessa professora afirma, o pensamento de Mantoan (2015) que devemos combater a descrença e o pessimismo daqueles que estão acomodados e destacar que a inclusão é uma excelente oportunidade para que alunos, pais e educadores demonstrem suas competências, poderes e responsabilidades educacionais.

**(Pergunta 5). Entrevistado 4:** “Bem, como trabalho com inglês é meio complicado porque as vezes o aluno no caso do **Participante Principal**, ele não é alfabetizado... ele vai para a aprendizagem com a língua inglesa seria no mínimo essencial ele ser alfabetizado. As estratégias que eu uso são atividades de alfabetização em língua inglesa tipo colorir e procurar alguma palavra parecida em inglês essas são as estratégias que eu uso com o aluno”.

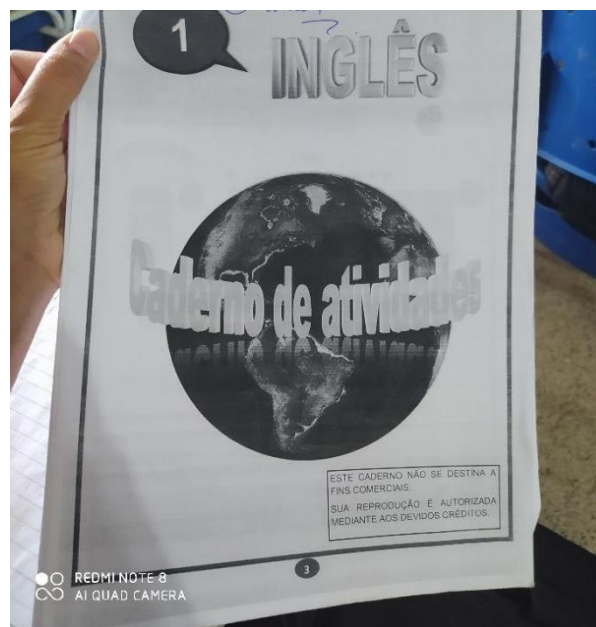
**(Pergunta 6). Entrevistado 4:** “Elas são feitas no planejamento. Quando eu faço o meu planejamento já penso no que eu vou passar para o aluno antes. Qual apostila, qual matéria eu vou usar, as famosas estratégias com ele. Porque desde então eu não tenho formação em educação especial, na própria graduação a gente não tem uma disciplina específica para trabalhar”.

De acordo com os relatos no diário de bordo da pesquisadora, nas observações



durante as aulas de inglês, foi observado que o professor também demonstra preocupação em incluir o aluno nas atividades e nos conteúdos. Apesar de afirmar que não possui formação específica, ele busca meios para que o aluno aprenda ou esteja inserido nas atividades propostas. No primeiro dia em que a pesquisadora esteve presente em sua aula, ele se dirigiu a ela e mostrou uma apostila (Figura 9) que sempre leva para o aluno, a qual é utilizada para realizar as atividades com o auxílio de outra pessoa.

Figura 9 - Apostila com atividades adaptadas para o aluno



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Defende-se que é desse tipo de profissional que a inclusão escolar precisa, os que assumem que as dificuldades dos alunos, não são apenas deles, mas do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida. Buscando e trabalhando as peculiaridades de cada um e considerando suas singularidades (Mantoan, 2015).

Em um trecho de sua fala, ele afirma: "Porque desde então eu não tenho formação em educação especial, na própria graduação a gente não tem uma disciplina específica para trabalhar." Apesar de reconhecer a falta de formação específica, ele demonstra preocupação em planejar a aula considerando as dificuldades do aluno. Essa atitude é de extrema importância para o processo de ensino-aprendizagem.

Como explica Mantoan (2015) o êxito no processo de aprendizagem reside em



identificar habilidades, explorar oportunidades e cultivar as inclinações naturais de cada aluno. Apesar de reconhecer as dificuldades e limitações, estas não guiam nem limitam o processo de ensino, ao contrário do que frequentemente ocorre.

**(Pergunta 5). Entrevistado 5:** “Eu sempre penso que o ideal seria não fazer uma atividade diferenciada. Diferenciada no sentido de que eu não me importo com o aluno. Mas se ele participar da atividade que é ofertada para todos, eu acho que essa é uma forma de inclusão perfeita. Então na maioria das vezes eu penso assim, quando eu vejo que a minha aula e penso, ela está acessível a todos inclusive para as pessoas com necessidades especiais. Então eu não faço nenhuma atividade adaptada, entendeu? E essa para mim é a situação perfeita. Mas às vezes é preciso adaptar de acordo com a necessidade do aluno. Então a minha metodologia ela não é nem totalmente sem atividades adaptadas, mas também nem todas as aulas são com atividade adaptada. Eu procuro mesclar. Às vezes é necessário, às vezes não. E pra mim a situação mais perfeita é quando não é. Quando eu planejo uma aula que todos tem acessibilidade ao assunto”.

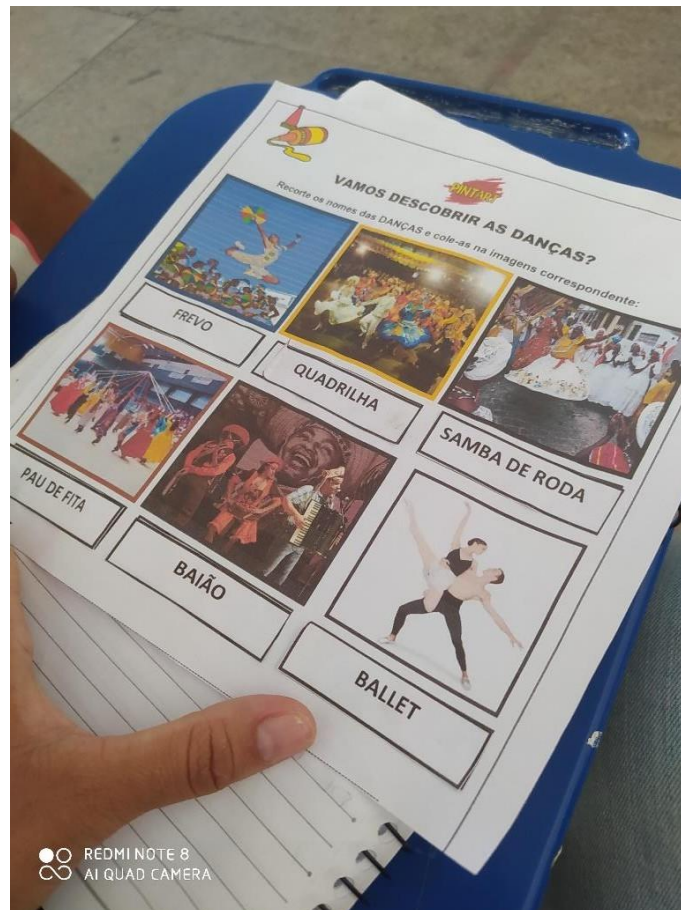
**(Pergunta 6). Entrevistado 5:** Então, as duas coisas, e eu não vejo isso como um problema. Às vezes a gente pensa que na prática pedagógica como uma coisa tipo muito engessada, eu vou planejar e vai acontecer exatamente do jeito que eu imagino. O que eu acho errado é a gente ir para a sala de aula sem nenhuma perspectiva de como a gente adaptaria. Mas eu acho uma situação perfeita e ideal a gente ir com uma proposta, pensar antes como vai se dar a adaptação e no momento lá, tem os insights que eu acho isso assim tipo muito bacana, satisfatório. Então inclusive assim, eu encontro muito mais prazer nos insights do que ao realizar as coisas programadas. E ali a gente vai ajustando o que chega, que a gente tem percepção que isso vai dar certo, a gente vai colocando na prática pedagógica. Então é as duas coisas, tem que planejar antes e tem que se abrir as intuições do momento”.

Durante as aulas de artes, de acordo com os relatos no diário de bordo da pesquisadora, o professor sempre incluía o **Participante Principal**, desde a sua entrada na sala, quando ele direciona a turma, passando oralmente e no quadro o que será desenvolvido durante a aula. Na exposição do conteúdo, ele explicava de forma clara e objetiva, para que todos conseguissem entender, inclusive o aluno com microcefalia. Esse professor tem uma didática excelente, conseguindo prender a atenção do aluno, envolvendo-o em todas as atividades propostas, desde atividades



práticas até atividades de escrita. A atividade apresentada na Figura 10, a seguir, foi aplicada para toda a turma, e o **Participante Principal** também conseguiu se envolver com o auxílio da cuidadora.

Figura 10 - Atividade direcionada pelo professor de Artes para toda a turma



Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Na fala do **entrevistado 5**, destacamos o seguinte trecho: “Eu sempre penso que o ideal seria não fazer uma atividade diferenciada. Diferenciada no sentido de que eu não me importo com o aluno. Mas se ele participar da atividade que é ofertada para todos, eu acho que essa é uma forma de inclusão perfeita. Então na maioria das vezes eu penso assim, quando eu vejo que a minha aula e penso, ela está acessível a todos inclusive para as pessoas com necessidades especiais. Então eu não faço nenhuma atividade adaptada, entendeu? E essa para mim é a situação perfeita”. Na observação feita, ficou evidenciado que o foco do professor não era na deficiência ou limitação do aluno, mas nas potencialidades de todos e de como alcançar êxito para todos.

Esse é um professor que, em sua formação inicial, recebeu uma base de



conhecimento na área da educação especial, como ele expressa no trecho a seguir: “Então, assim, eu tive professores formadores que falaram muito dessa parte da educação especial. Então as memórias que eu tenho da minha licenciatura é que esse assunto não foi deixado de lado, eu recebi fortes influências. E eu me considero um profissional sensível a esse assunto, a formação que eu busquei foi alguns cursos daqueles livres, de quarenta, sessenta horas. Sempre me chamou atenção alguns perfis específicos, por exemplo, autismo, e na pós-graduação em metodologias do ensino de artes teve uma cadeira lá que foi só sobre educação especial”. Dessa forma, fica evidente a importância de ter em sua formação inicial, disciplinas que tratem da educação especial, pois todo professor independente de sua formação, precisa estar preparado para lidar com a diversidade em sala de aula.

Em outro trecho de sua fala, destacamos o seguinte: “Mas às vezes é preciso adaptar de acordo com a necessidade do aluno. Então a minha metodologia ela não é nem totalmente sem atividades adaptadas, mas também nem todas as aulas são com atividade adaptada. Eu procuro mesclar. Às vezes é necessário, às vezes não”. Vale refletir, a partir do exposto e com base da literatura consultada, que a didática desse professor é o que se espera dos demais e da escola em geral: ensinar a todos sem discriminação, sem práticas de ensino diferenciadas para aqueles que apresentam algumas dificuldades, mas, proporcionar a experimentação, a criação, a descoberta. Valorizar aquilo que o aluno é capaz de fazer e aprender, oferecendo um ambiente rico de estímulos e potencialidades (Mantoan, 2015).



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a conquista dos direitos das pessoas com deficiências, mudanças e desafios vêm sendo enfrentados pela escola e pelos profissionais. Isso mostra que o caminho para uma educação de qualidade, que ofereça as mesmas possibilidades a todos, ainda está muito longe de ser alcançado. Mesmo com todas as garantias previstas na legislação, pouco é feito para que, de fato, a inclusão aconteça. Além das mudanças nas barreiras arquitetônicas, é necessário modificar também o currículo, a visão dos profissionais e as metodologias empregadas em sala de aula, buscando formas de combater a segregação que ainda persiste nos ambientes educacionais. Isso fica evidente ao analisar um ambiente específico, um aluno ou a postura de alguns profissionais diante dos desafios que surgem nos contextos das salas de aula, onde alunos com dificuldades são inseridos em classes regulares de ensino.

Visando a melhoria do ensino para o público da educação especial, este estudo descreveu situações que discriminam pessoas com deficiências, as segregam e as marginalizam. Muitas vezes, isso ocorre pela falta de preparo dos professores, que, na maioria dos casos, não possuem uma formação inicial ou continuada para lidar com esses alunos em sala de aula. Mesmo diante de suas dificuldades e especificidades, essas pessoas podem aprender e se desenvolver como seres humanos que fazem parte de uma sociedade, sendo, antes de tudo, seres humanos.

De acordo com os resultados obtidos, observou-se também que, em meio a todas as dificuldades, existem profissionais comprometidos com a educação, preocupados com a formação de estudantes inseridos em um contexto. Isso evidencia que as barreiras podem ser superadas, desde que cada um assumam seu papel e suas responsabilidades.

Como pesquisadora, a pesquisa contribuiu na motivação para buscar formas de mostrar para a sociedade e meio acadêmico que a educação inclusiva depende não apenas de uma família preocupada com o filho, de uma escola atenta a um aluno, ou de um professor esperançoso com o desenvolvimento de um indivíduo, mas de todo um sistema. Esse sistema precisa redefinir seus planos, orientando-se para a cidadania global, livre de preconceitos, rompendo paradigmas e combatendo as barreiras e impedimentos ao longo do caminho.

Diante de tudo isso, é necessário promover reflexões, diálogos e discussões sobre as práticas pedagógicas, visualizando as limitações de cada um, para oferecer



uma educação digna para todos, sem distinção de raça, gênero, condição física ou intelectual.

A partir desse estudo de caso, é possível desenvolver outras pesquisas que busquem mais a fundo respostas e meios de combater a falta de preparo, de conscientização, solidariedade e empatia. Tendo em vista que no ambiente educacional ainda existem muitos desafios a serem superados, é necessário desenvolver uma pedagogia centrada nas crianças e adolescentes, para que, no futuro, estejam preparados para lidar com o que está para além dos muros da escola.

A perspectiva de uma escola inclusiva é essa, onde todos são capazes de aprender frequentando uma mesma e única escola. Essa reorganização depende de um conjunto de ações, centradas principalmente no projeto político-pedagógico, que deve ser desenvolvido com a ajuda de todos os segmentos que compõem a escola.



## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 145 p.

Brasil. **Ministério da Saúde**. Microcefalia. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/m/microcefalia>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Básica 2022**. Brasília, DF: INEP, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** - Lei nº 13.146. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 6 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 08 jun. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 09 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **A Política Nacional de Educação Especial de 2008**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069compilado.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BEYER, H. O. A proposta da educação inclusiva: contribuições da abordagem vygotskiana e da experiência alemã. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 9, n. 12, p. 163-180, 20 dez. 2003. Disponível em: <https://www.abpee.net/pdf/artigos/art-9-2-4.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos 'is'**. Porto Alegre: Mediação, 2019.

CARNEIRO, R. U. C. Educação inclusiva na educação infantil. *Práxis Educacional*, p. 81-95, 2012. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/688/574>>. Acesso em: 28 out. 2023.

CARNEIRO, M. S. C. **Deficiência mental como produção social: uma discussão**



**a partir de histórias de vida de adultos com síndrome de Down.** Porto Alegre: UFRGS, 2007. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10829/000601510.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto**; tradução Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

DANTAS, M. A. S; CASTANHO, M. I. S. **Psicopedagogia nos (con)textos hospitalares.** Rio de Janeiro: Wak, 2019.

DE SOUZA BRIDI, F. R. Formação continuada em educação especial: O atendimento educacional especializado. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 4, n. 7, p. 187-199, 2011. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/655/613> . Acesso em: 26 nov. 2023.

**. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLOR, C. J. D. R. V.; GUERREIRO, C. F.; ANJOS, J. L. M. Desenvolvimento neuropsicomotor em crianças com microcefalia associado ao Zika Vírus. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, 2017. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/fisioterapia/article/view/1386> Acesso em: 15 Nov. 2023.

IBGE. Açailândia - Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/acailandia/panorama>. Acesso em: 10 set. 2023.

DANTAS, D. M. **Microcefalia e inclusão: desafios e perspectivas no contexto educacional.** 2019. Monografia. Curso de Pedagogia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019. Disponível em: [www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/posdistancia/54610.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/54610.pdf) . Acesso em: 15 nov. 2023.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer? 1.** Reimpressão- São Paulo: Summus, 2015.

MARTINS, S. M. (2011). **O Profissional de Apoio na Rede Regular de Ensino: a precarização do trabalho com os alunos da Educação Especial.** Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa



Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95218>> Acesso em: 01 dez 2023.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero**: começando pelas creches. São Paulo: Jaqueline&Marin editores, 2016.

NORBERT, A. A. D. F. et al. A Importância da Estimulação Precoce na Microcefalia. **Salão do Conhecimento**, [S.l.], set. 2016. ISSN 2318-2385. Disponível em: <<https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaokonhecimento/article/view/6476>>.

NUNES, L. R. O. de P.; ARAÚJO, C. A. G. de; SCHIRMER, C. R.; WALTER, C. C. de F. A prática pedagógica de mediadoras de alunos com deficiência física e dificuldades na comunicação em escolas do Rio de Janeiro. In: GLAT, R.; PLETSCHE, M. (Eds.). **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 65-90.

RAMOS, R. **Inclusão na prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva**. 2. Ed. São Paulo: Summus, 2010.

SILVA, F. C. et al. Capacitação para profissionais de Educação Infantil sobre as necessidades educacionais de crianças com Síndrome Congênita do Vírus Zika e outras alterações neurológicas. **Educação**, v. 8, n. 1, p. 57-71, 2018. Disponível em: <https://web-api-claretiano-edu-br.s3.amazonaws.com/cms/biblioteca/revistas/edicoes/6059fe20c0ce6055c496d14b/605b390c83fe107cbc97586f.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento de acção**: necessidades educativas especiais. Salamanca-Espanha. 1994. 49p. Disponível em: <[https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao\\_Salamanca.pdf](https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2023.

VILLACHAN-LYRA, P.; ALMEIDA, E. Síndrome Congênita do Zika Vírus, Microcefalia e Outras Alterações do Neurodesenvolvimento: um olhar para a educação. **Revista Inclusiones**, Vol. 5, Num. 4, Outubro-Dezembro (2018), ISSN 0719-4706, pp. 77-103. Disponível em: <https://revistainclusiones.org/index.php/inclu/article/view/2252>. Acesso em: 17 nov. 2023.

VYGOSTSKY, L. S. **Obras Escogidas - V**: Fundamentos de defectologia. Madrid: Machado Nuevo Aprendizaje, 2012.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



## APÊNDICES

### Apêndice A - Questionário

#### QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA

##### **TEMA: COMO OCORRE O PROCESSO INCLUSIVO DE UM ALUNO COM MICROCEFALIA NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA**

- 1- Na sua perspectiva, o que é inclusão? Você acredita que esta escola proporciona um ambiente inclusivo?
- 2- Você possui alguma formação na área da educação especial? Considera necessário esse tipo de formação para os professores da rede regular de ensino?
- 3- Qual é a sua formação acadêmica e qual disciplina você ministra nesta escola?
- 4- Como você percebe e avalia o trabalho desempenhado pelos profissionais de atendimento educacional especializado (AEE) e pelos profissionais de apoio escolar (cuidadores) na promoção da inclusão e aprendizagem dos alunos com deficiência em sala de aula?
- 5- Na sala de aula, quais estratégias, ferramentas ou metodologias você utiliza para que ocorra a inclusão do aluno com microcefalia?
- 6- As adaptações para alunos com microcefalia são planejadas antecipadamente ou desenvolvidas de acordo com as necessidades práticas durante o ensino?
- 7- Quais são os desafios enfrentados na inclusão do aluno com microcefalia?

